

HT-148

**Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de História**

Tema:

***AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA EXPLORAÇÃO DO COMBUSTÍVEL
LENHOSO: O ESTUDO DE CASO DO POSTO ADMINISTRATIVO DE
INCHOPE, 1992 – 2004.***

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane

Luisa Armindo Zinhame Chicamisse

Maputo, Novembro 2004

**AS RELAÇÕES DE GÉNERO NA EXPLORAÇÃO DO
COMBUSTÍVEL LENHOSO: O ESTUDO DE CASO DO
POSTO ADMINISTRATIVO DE INCHOPE, 1992-2003.**

Disertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane por Luisa Armindo Zinhame Chicamisse

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de História

Supervisora: Profa. Dra. Benigna Zimba
Co-supervisor: Prof. Dr. Gerhard Liesegang

Maputo, Novembro de 2004

O Júri

O Presidente	O Supervisor	O Oponente	Data
<u>Jw. Hedy...</u>	<u>Benigna</u>	<u>Jw. Sifis</u>	<u>01/11/04</u>

U.E.M. - F.L.C.S.
R. E. 0.570
DATA. 01.11.2004
AQUISIÇÃO. 01.11.2004
COTA. HT-148

Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no trabalho e na bibliografia as fontes que utilizei

Dedicatória

A memória do meu ente querido, Farai Armindo Zinhame Chicamisse

Agradecimentos

É impossível agradecer a todos que de forma directa ou indirecta contribuíram para que ao longo dos cinco anos de estudo pudesse concluir o curso de licenciatura em história. Não obstante, alguns merecem uma menção e reconhecimento especial. Sendo assim endereço os meus mais profundos agradecimentos:

Aos meus pais, Armindo Zinhame Chicamisse e Justina Jequecene Manuel pela força, amizade e ajuda durante a fase de trabalho de campo.

Aos meus irmãos Jaime, Manuel, Francisco, Rosa e Paica pelo carinho, companheirismo, amizade, ensinamentos e apoio incondicional durante os meus estudos.

Aos meus supervisores Profa. Dra. Benigna Zimba e Prof. Gerhard Liesegang pela paciência, consideração e por terem coordenado todo o trabalho desde a elaboração do projecto, supervisão do trabalho de campo até a fase final .

Ao Núcleo de Estudos de Terra e Desenvolvimento, por ter financiado a realização desta tese de licenciatura.

A direcção, corpo docente e trabalhadores da faculdades de letras bem hajam

As minhas íntimas Eleúteria Faela, Carlota Mondlane e ao dr. Nelson Jeque pelo amor, amizade, compreensão e companheirismo durante os cinco anos da minha formação

A família Mondlane e Jeque pela amizade, apoio e acolhimento.

Aos meus colegas dr. Mandlate, Albasine, dr. Paulo Lopes, Luisa Gomes pelos incentivos, apoio material e companheirismo.

Aos Serviços Provinciais de Floresta e Fauna Bravia de Chimoio e Sofala e todo o pessoal do Posto Administrativo de Inchope em especial aos entrevistados (ver fontes orais nas fontes consultadas) pelo tempo que me dispensaram durante a minha pesquisa de campo.

A todos que directa ou indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho o meu muito obrigado

Lista de abreviaturas

AGP – Acordo Geral de Paz

ASDI – Agência Sueca para o Desenvolvimento

CLGRN - Conselho Local de Gestão dos Recursos Naturais

DDADR - Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural

DINAGECA – Direcção Nacional de Geografia e Cadrasto

DNFFB - Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia

EN – Estrada nacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

INE - Instituto Nacional de Estatística

MADEMO – Madeiras de Moçambique

MADER – Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

MICOA – Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental

NET- Núcleo de Estudos de Terra

Partido Frelimo – designação adoptada após o III congresso da Frelimo

PRE - Programa de Reabilitação Económica

PRES - Programa de Reabilitação Económica e Social

SDFFB - Serviços Distritais de Floresta e Fauna Bravia

SDOL - Divisão sexual de Trabalho

SPFFB – Serviço Provincial de Florestas e Fauna Bravia

UDF – Unidade de Direcção de Florestas

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UICN – União Mundial para a Conservação da Natureza

Lista de tabelas

Tabela 1: Distribuição populacional por localidades no Posto Administrativo de Inchope.....15

Tabela 4: As fases de produção de carvão.....29

Tabela 3: Preço do carvão segundo a época.....34

Lista de mapas

Mapa 1: Localização geográfica e limites da área de estudo

Mapa 2: Uso de terra

Resumo

O presente trabalho tem como objectivo analisar a articulação entre a participação da mulher na exploração do combustível lenhoso e as relações de género no família, no Posto Administrativo de Inchope, durante o período compreendido entre 1992 a 2004.

Para se atingir o objectivo pretendido usou-se a pesquisa bibliográfica, as entrevistas semi-estruturadas e observação directa.

Da conjugação das fontes usadas podemos afirmar que a participação da mulher na exploração do combustível lenhoso deve ser analisada tendo em conta o local de exploração e produção do combustível lenhoso, a divisão do trabalho a nível da família e as tarefas que a mulher desempenha e que garantem o sucesso do trabalho realizado pelo homem. Apesar de existirem responsabilidades diferentes verifica-se uma dependência mútua, troca de favores e cooperação entre o homem e a mulher.

Na exploração do combustível lenhoso verifica-se um trabalho conjunto, onde a mulher participa em quase todas as fases de produção com excepção da venda da produção realizada pela família. Entretanto, apesar desta não participar directamente na venda o rendimento conseguido pelo homem por si só não satisfaz as necessidades da família, razão pela qual tenham de recorrer a outras actividades essencialmente desenvolvidas pela mulher. A conjugação dos rendimentos monetários e em espécie de ambas as partes ajuda na subsistência da família.

INDICE

Declaração-----	i
Dedicatória-----	ii
Agradecimentos-----	iii
Lista de abreviaturas-----	iv
Lista de tabelas-----	v
Resumo-----	vi
Capitulo I: Introdução-----	1
1. Contexto geral da tese-----	1
2. Objectivos do trabalho e motivação-----	2
3. Metodologia e fontes -----	4
4. Problema de estudo e quadro teorico-conceptual -----	8
5. Breve caracterização da área de estudo-----	16
Capitulo II: Breve historial da exploração do combustível lenhoso em Moçambique-----	20
Capitulo III: As relações de género na exploração do combustível lenhoso em Inchope-----	26
1. Acesso e controle do combustível lenhoso-----	26
2. A produção de carvão -----	27
3. A participação da mulher na produção e comercialização do carvão-----	29
4. Os conflitos decorrentes da exploração e comercialização do carvão-----	35
5. A participação da mulher na exploração da lenha-----	38
Capitulo IV: Gestão dos recursos florestais-----	40
1. As implicações da exploração do combustível lenhoso-----	40
2. Conservação dos recursos florestais-----	41
Conclusão-----	45
Fontes consultadas-----	48
Anexos	

Capítulo I: Introdução

1. Contexto geral da tese

O presente trabalho pretende abordar o tema “As relações de género na exploração do combustível lenhoso tendo como estudo de caso o Posto Administrativo de Inchope”. O trabalho abordará o período de 1992 à 2004.

Para início do estudo de caso escolheu-se 1992 o ano do Acordo Geral de Paz (AGP). A paz trazida pelo fim do conflito armado levou, por um lado, ao reassentamento populacional e, por outro, facilitou o acesso à floresta¹ e o escoamento dos produtos florestais, assistindo-se assim ao aumento de carvoeiros, vendedores² e compradores de carvão. O 2004 é o ano da realização do trabalho de campo.

A escolha de Inchope como área de estudo deveu-se, por um lado, ao facto de se ter verificado um aumento na exploração da lenha e do carvão após 1992. Por outro, em virtude da sua localização no cruzamento entre a Estrada Nacional Número 1 (EN1) e a Estrada Nacional Número 6 (EN6) o que facilita o acesso ao posto e encontrar-se entre as cidades da Beira e do Chimoio principais consumidores e mercados de combustível lenhoso proveniente de Inchope.

A dissertação apresenta quatro capítulos que constituem o corpo central do trabalho.

No capítulo introdutório explicam-se os objectivos, a justificativa, a problematização, o quadro teórico-conceptual, as hipóteses e é apresentada a metodologia e as fontes usadas no trabalho. A última parte deste capítulo é dedicada a uma breve caracterização da área de estudo.

¹ No presente trabalho, o termo “floresta” refere-se apenas à componente vegetal. O termo “vegetal” refere-se a todo conjunto de árvores e plantas, independentemente da sua estrutura e características fisionómicas.

² Com o retorno das populações que haviam migrado para os países vizinhos (Malawi, Zâmbia, Zimbábwe), e para centros urbanos (cidade do Chimoio e da Beira), bem como o regresso dos desmobilizados de guerra e outros que não conseguiram emprego e integração nas cidades.

No capítulo II apresenta-se um breve historial da exploração de combustível lenhoso em Moçambique, tendo em conta as mudanças sócio-económicas e políticas que ocorreram após a independência.

No capítulo III abordam-se as características das formas de uso e exploração do combustível lenhoso com particular enfoque para divisão de trabalho, o destino da produção, o acesso e controlo do combustível lenhoso, procurando fazer uma análise com base nas relações de género.

No capítulo IV aborda-se a gestão do recurso florestal, procurando mostrar as implicações da exploração do combustível lenhoso e as formas locais de conservação.

Em seguida apresentam-se as principais conclusões e as fontes escritas e orais usadas para a elaboração do trabalho e é apresentado em anexo o guião de entrevista usado no trabalho. Este trabalho não pretende esgotar ou analisar exhaustivamente os factos relacionados com a temática das relações de género e exploração de combustível lenhoso, mas procura discutir alguns aspectos julgados pertinentes tendo em conta os objectivos do mesmo.

2. Objectivos do trabalho e motivação

O objectivo geral do trabalho é analisar a articulação entre a participação da mulher na exploração do combustível lenhoso e as relações de género em Inchope durante o período compreendido entre 1992 e 2004.

No seguimento deste objectivo geral, os objectivos específicos são:

1. Caracterizar as formas de uso e exploração do combustível lenhoso;
2. Identificar as actividades socio-económicas e a sua relação com a exploração florestal,
3. Indicar os factores que levam a uma maior exploração dos recursos florestais;

4. Identificar o papel das autoridades tradicionais, as normas e regras locais de preservação dos recursos;
5. Identificar a divisão de trabalho, o destino da produção, o acesso e controle do combustível lenhoso;
6. Verificar o papel da mulher e do homem na exploração do combustível lenhoso tendo em conta as relações de género em Inchope.

Os principais motivos e justificação para esta abordagem residem no facto de:

1. O tema abarcar as áreas sociocultural, físico-geográfica e económica que nos permitem compreender e contextualizar a problemática em análise, permitindo fazer uma ponte entre relações de género e exploração do combustível lenhoso;
2. O uso e exploração sustentável dos recursos florestais pela família surgir como uma das respostas para a conservação da bio diversidade bem como garantia de bem estar das famílias rurais, no presente e no futuro;
3. A participação do agregado familiar na exploração do combustível lenhoso possibilitar o aumento da renda familiar;
4. Ser um tema contemporâneo e a maior parte da população moçambicana, sobretudo, a rural e peri-urbana utilizar lenha e carvão como única fonte de energia.

3. Metodologia e Fontes

Como metodologias de trabalho usou-se: (i) pesquisa bibliográfica, (ii) entrevistas semi-estruturadas, e (iii) observação directa.

De Junho de 2003 a Janeiro de 2004 efectuou-se a pesquisa bibliográfica em várias bibliotecas e arquivos de instituições onde existe material sobre a temática em análise. A pesquisa consistiu na leitura de regulamentos, monografias, teses, artigos e revistas, o que permitiu desenvolver as partes teóricas, metodológicas e conceptuais que compõem o trabalho.

Para a parte metodológica foram consultados autores como Vanda Amaral, *Guia para apresentação de teses, dissertação, trabalho de graduação* (1995); António Gil, *Métodos e técnicas de pesquisa social* (1991); Richardson R. et al, *Pesquisa social métodos e técnicas* (1999); Richardson Quivy, L. Campenhoudt, *Manual de Investigação em ciências sociais* (1992) e Umberto Eco, *Com fazer uma tese em ciências humanas* (2002) para a preparação do projecto de pesquisa, do trabalho de campo e para a elaboração do texto da tese.

No respeitante à análise das fontes bibliográficas convém referir que durante a pesquisa bibliográfica constatou-se a existência de imensa documentação referente a exploração e gestão dos recursos naturais, meio-ambiente e recursos florestais sobretudo no tocante à madeira, ao nível do país. Porém pouco há sobre a exploração do combustível lenhoso e sua articulação com as relações de género.

Das obras consultadas, foram de extrema importância os trabalhos dos teóricos como, Joan Scoot, "Género: Uma categoria útil para análise histórica" (1989) e "Feminists Theorize the political" (1992); Gisela Bock, "Women's History and Gender History: Aspect of an International Debate" (1989) e Nancy J. Chodorow, " Gender as a

personal and cultural construction (1995), estes elucidam sobre o conceito de género e sua operacionalidade.

Os trabalhos acima indicados são coadjuvados por análises de carácter teórico mas que retractam essencialmente a realidade moçambicana como os de Benigna Zimba "Identidade Feminina e construção da paz em Moçambique, 1992-2002" (2002) e *Mulheres Invisíveis: género e as políticas comerciais no sul de Moçambique, 1972-1830* (2003) e Kate Young " Gender and development: relational approach", (1998). Estes estudos fazem uma análise do papel da mulher na família tendo em conta as relações de género que advêm essencialmente da divisão do trabalho dentro da família e da comunidade. A obra de Ximena Andrade et al., *Famílias em contexto de Mudança em Moçambique* (1998) para além dos aspectos acima indicados faz referência ao acesso, controlo dos recursos, e a maneira como o homem e a mulher interagem neste contexto. Por sua vez a obra de Ana Loforte, *Género e poder entre os Tsonga de Moçambique* (2000) elucidada sobre o conceito de género e poder, num estudo de caso do bairro de Laulane. A obra em causa analisa os efeitos organizacionais e culturais, a diversidade de papéis e a densidade das redes tendo em conta as relações de género e poder na família. Estes aspectos tratados nestas obras são referenciados no presente trabalho.

Por seu turno os estudos de Carla Braga "Uma reflexão sobre género e gestão comunitária dos recursos" (1998); ASDI, *A Mulher e o desenvolvimento: programa de acção da ASDI* (1985) e Lopes et al. "Reflexões sobre a dinâmica populacional de Moçambique: a mulher e a criança, desenvolvimento e meio ambiente" (1992) são referências importantes para a percepção de questões ligadas à exploração do combustível lenhoso, tendo em conta a situação da mulher em Moçambique.

Os escritos da Direcção de Florestas (1984), do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (1996,2003), Arlito Cuco "Recursos Florestais e Faunísticos em

Moçambique" (2001) ajudaram na contextualização da exploração do combustível. Estes estudos dissertam sobre as mudanças e dificuldades que o Sector de Florestas atravessou após a independência bem como a sua situação actual.

A tese de Manuel Araújo, "O sistema das aldeias comunais em Moçambique: transformação no espaço residencial e produtivo" (1988) e a obra de Adolfo Casal, *Antropologia e desenvolvimento: as aldeias comunais de Moçambique* (1995) demonstram as transformações espaciais nas zonas rurais causadas pelas políticas organizacionais da população do país no período pós-independência. Realçam as aldeias comunais como objecto central de análise mencionando que o processo de aldeamento em Moçambique levou a uma maior exploração dos recursos naturais, com maior pressão sobre as florestas causando deste modo uma ameaça ao equilíbrio ecológico.

Da mesma maneira, a tese de Gertudes Noronha, "A exploração de Lenha de lenha em Nhacoongo e os seus efeitos no meio Ambiental Local entre o período de 1974 a 1992" (1998) e a obra de Tsamba e Soto, *Planeamento Integral de energia domestica: Biomasa Lenhosa* (1997) analisam a problemática do combustível lenhoso em Moçambique no contexto da gestão dos recursos e do meio-ambiente. Os dois estudos demonstram que a necessidade de lenha e carvão para consumo e venda, como principal causadora do desaparecimento de árvores.

Finalmente os artigos da colectânea de Estevão Filmão e Mário Massango, *Comunidades e Maneio comunitário dos recursos naturais* (2001); os trabalhos de José Negrão et al., "A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais" (1996) e de Isilda Nhamtumbo et al., *Direitos das comunidades: realidade ou retórica* (2002), abordam questões referentes à gestão dos recursos naturais tendo em conta o papel da comunidade nesse processo. Estes trabalhos ajudam a entender aspectos ligados ao

comportamento ambiental dos diferentes intervenientes (comunidade, privados, Estado) na exploração dos recursos.

No trabalho de campo, dois métodos foram usados, nomeadamente: a observação directa e entrevistas semi-estruturadas. Observação directa que foi um dos métodos de trabalho usado no trabalho de campo serviu para colher *in loco* evidências das formas de uso, exploração do combustível lenhoso, aspectos socioculturais e económicos que ajudam a responder os objectivos do trabalho. O uso das entrevistas semi-estruturadas permitiu compreender certos aspectos que não podiam ser observados directamente. Foram entrevistadas 35 pessoas dentre elas 14 entrevistas individuais e 4 entrevistas em grupo envolvendo 21 pessoas, das quais encontramos indivíduos ligados a autoridade local, funcionários dos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia de Manica (SPFFBM), carvoeiros e vendedores de carvão, onde a escolha dos entrevistados foi aleatória.

Todas as entrevistas eram precedidas de uma explicação sobre os objectivos do trabalho e a todos os entrevistados deu-se a possibilidade de colocarem questões que achassem pertinentes. As entrevistas foram feitas em Português, Ci-ndau, Ci-teve e Ci-manyica. Efectuaram-se também conversas informais com alguns camponeses e moradores da comunidade.

Não obstante a forma receptiva que caracterizou o processo das entrevistas, algumas pessoas mostravam desconfiança e receio em aceder às mesmas, principalmente nas entrevistas individuais, indicando sempre um membro mais velho da comunidade ou do grupo. Nos assuntos ligados ao relacionamento entre o homem e a mulher pautavam pelo silêncio ou mostravam-se pouco a vontade em responder a questões relacionadas com os rendimentos conseguidos, as formas de uso e divisão na família.

Não foi possível entrevistar um maior número de carvoeiros do interior (fazedores de fornos maiores) devido à migração sazonal dos mesmos. Uma vez que estes migram para as florestas (permanecendo ausentes das aldeias durante 15 a 60 dias, dependendo do tamanho dos fornos) ou para as suas machambas situadas no interior do Posto (principalmente no período chuvoso). Também, não foi possível entrevistar os compradores de carvão em Inchope, pelo facto dos meses de Janeiro a Março serem reservados para a aquisição de licenças e considerado período de defeso pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER)³. A conjugação de todos estes métodos e fontes acima citados permitiu a elaboração do presente trabalho através da análise e síntese dos dados obtidos.

4. Problema de estudo e quadro teórico-conceptual: as relações de género e exploração do combustível lenhoso

O nosso ponto de partida baseou-se na necessidade de saber até que ponto a participação da mulher na exploração do combustível lenhoso se articula com as relações de género tendo em conta as características socio-económicas de Inchope.

As hipóteses que se levantam são:

1. Com o fim do conflito armado e o retorno das populações deslocadas assiste-se a uma maior exploração do combustível lenhoso pela comunidade de Inchope.
2. A localização geográfica de Inchope em relação à EN1 e à EN6 pode conduzir a uma maior exploração do combustível lenhoso.
3. As necessidades económicas da comunidade têm contribuído para uma maior exploração e dificultado o uso sustentável dos recursos florestais em Inchope.

³ Cf. Artigo 13 do Decreto n.º 12/02 de 6 de Junho que aprova o regulamento da Lei n.º 10/99: Lei de Florestas e Fauna Bravia.

4. O desempenho das tarefas domésticas pela mulher garante o sucesso do trabalho do homem na exploração do combustível lenhoso.
5. A participação da mulher na exploração do combustível lenhoso contribui para iniciar o processo de construção de novas relações de género a nível da família e da comunidade.

O uso mais recente da palavra “género” aparece na década de 70, como uma forma de referir-se à organização social entre os sexos. Passando desde então a ser usada para referir-se tanto à história dos homens como a das mulheres, uma vez que o estudo das mulheres implica necessariamente o estudo dos homens⁴.

Alguns autores como Benigna Zimba e Kate Young definem o termo relações de género como relações socialmente construídas, em várias esferas de relacionamento, defendidas pelos membros da respectiva sociedade. São centrais para estas relações noções culturalmente específicas de masculinidade e feminidade, das diferentes capacidades, aptidões e predisposições dos sexos, nestas noções baseiam-se os comportamentos apropriados para cada um dos géneros⁵. Essas relações envolvem um conjunto de ideias, de comportamentos, costumes, atitudes, crenças, definição de papéis e regras criadas pela sociedade. Ora, estas são apreendidas através de um processo de socialização na família, no grupo social, na comunidade e variam com o tempo, lugar e culturas⁶.

⁴ Joan Scoot, “Género: Uma categoria útil para análise histórica”. Traduzido por C. R. Dabat e M. Avila, Do original: Scoot J. *Gender: an useful category of historical analyses*, (New York: Columbia University Press, 1989), p.4.

⁵ Vide Benigna Zimba, *Mulheres invisíveis: o género e as políticas comerciais no sul de Moçambique, 1720-1830*, (Maputo: Promédia, 2003), p.23 ; Kate Young, “Gender and development: relational approach”, (Institute of development studies: Great Britain, 1998), p. 23.

⁶ Young, K.. “Gender and development...”pp. 5-6.

As relações de género são também relações de poder, esta ideia é partilhada por Ana Loforte⁷ e Joan Scoot⁸. Neste contexto Loforte define relações de género como uma categoria social e cultural, fluida e passível de mudanças onde estão igualmente em causa relações de poder e dominação.

Neste trabalho aborda-se género numa vertente que enfatiza a articulação com a divisão do trabalho, o acesso, o controlo, o destino da produção, as formas de uso e exploração do combustível lenhoso tendo em conta a participação da mulher. Segundo Meijia, o acesso e controle dos recursos, a participação na tomada de decisões e a divisão de trabalho nas sociedades patrilineares estão em conformidade com o modelo dominante, neste caso pelo poder masculino⁹.

Na família encontramos uma divisão sexual de trabalho¹⁰, que permite definir responsabilidades diferentes para homens e mulheres. Andrade et al., referem que é através desta que as relações de género ganham a sua plena dimensão no sistema socialmente construído baseado no sexo/género¹¹. Sendo a divisão de trabalho um dos elementos de qualquer ordem de género, a alocação de diferentes actividades à mulher e ao homem tem implicações na organização do processo produtivo. Cria a necessidade de troca e de distribuição entre os sexos, de bens que o seu trabalho em separado ou em conjunto produziu na base da cooperação e complementaridade¹².

⁷ Vide Ana Loforte, *Género e poder entre os Tsonga de Moçambique*, (Maputo: Promédia, 2000), p. 15

⁸ Vide Scoot, J. "Género: Uma categoria...", p. 14.

⁹ Meijia, M. "Dinâmicas locais nas associações de camponeses do distrito de Manhiça Província de Maputo relatório de investigação", (Maputo: UEM/CEA/Programa mulher, 2000), p. 7.

¹⁰ Entendemos a "divisão de trabalho" não apenas com uma lista de actividades de homens e de mulheres, onde os valores culturais e a ideologia de género determinam a alocação das mesmas a cada sexo, mas também as regras de distribuição dos produtos provenientes do desempenho destas actividades. Fonte: Loforte, Ana. *Género e poder...*, p. 115.

¹¹ Ximena Andrade et al., *Famílias em contexto de mudanças em Moçambique*, (Maputo: WILSA/UEM/CEA, 1998), p. 31.

¹²Loforte, Ana, *Género e poder...*, p. 115. Sobre o mesmo Vide Young, "Gender and development...", pp. 5-6.

Estas relações verificam-se em várias esferas de relacionamento e uma dessas é o casamento, cujos termos de troca e de colaboração estão incluídos no contrato conjugal¹³. A divisão do trabalho e os papéis sociais que o homem e a mulher desempenham definem-se essencialmente e em primeiro lugar entre aqueles que habitam a mesma residência e em muitos casos não tem qualquer vínculo consanguíneo de família. É dentro das residências que se criam hábitos, normas, conceitos e obrigações que ditam a maneira como cada indivíduo se insere na sociedade¹⁴.

No que respeita ao caso de Inchope, na exploração do combustível lenhoso o fornecimento da lenha é desenvolvido principalmente pela mulher e o carvão pelos homens, verificando-se interajuda entre ambos, outros membros do agregado familiar e vizinhos.

Actualmente verificam-se mudanças no relacionamento entre o homem e a mulher resultantes das transformações na estrutura socio-económica que o país vem sofrendo desde os finais da década de 1980. Assim verifica-se a pluriactividade dos membros da família com vista a adaptar-se a um novo contexto em função das alterações económicas¹⁵. Neste contexto as mulheres vão assumindo novas tarefas¹⁶ que anteriormente eram praticadas pelos homens, é o que tem vindo a acontecer em Inchope com a participação recente da mulher no processo de venda do carvão.

No concernente ao acesso e controlo de recursos, Meijia refere que é possível ter acesso e não ter o controlo dos recursos, isto porque o acesso pode implicar um estágio inferior da capacidade de chegar a, e de usar um recurso, enquanto que o controlo implica uma posição de poder daqueles que o detém. Acrescenta ainda que a mulher

¹³ Young, Kate, "Gender and development...", p. 6.

¹⁴ Benigna Zimba, "Identidade Feminina e construção da paz em Moçambique 1992-2002", In Brazão Mazula, coord., *Moçambique: 10 anos de paz*, (Maputo:CEDE, 2002) p. 49

¹⁵ Para mais detalhes sobre este aspecto vide Loforte, Ana, *Género e poder...*, pp. 137-138.

¹⁶ Zimba, Benigna, "Identidade Feminina...", p. 36.

pode ter o acesso, mas este não garante o controlo, mas apenas assegura a solução de necessidades práticas para a subsistência, porque quem toma as decisões em último são os homens¹⁷.

Neste contexto Andrade refere que as formas de acesso aos recursos, estão relacionadas com a posição (definidas em função da idade e do estatuto) que o homem e a mulher ocupam na família. Andrade acrescenta ainda que nas sociedades patrilineares as formas pelas quais a mulher acede aos recursos são determinadas por uma relação de subalternidade, verificando-se casos das mulheres terem o acesso e controlo dos recursos utilizados e produzidos na esfera doméstica¹⁸, é o que acontece em Inchope.

Apesar das ambiguidades do acesso e controlo dos recursos pelo homem e pela mulher, Braga defende que o homem encara o acesso à floresta como uma eventual fonte de trabalho assalariado, enquanto a mulher tendera a visualizar a floresta, sobretudo, como fonte de combustível e talvez de frutos¹⁹. No caso específico de Inchope, o homem e a mulher colocam um valor económico no combustível lenhoso, sendo o produto que maior rendimento monetário fornece a família.

O estudo de Inchope confirma que o controlo do recurso monetário que advém da venda do combustível lenhoso pertence à esfera masculina, quer se trate do marido quer de outro elemento masculino que na estrutura familiar ocupa uma posição dominante²⁰. Não obstante, o controlo dos recursos pela mulher ter evoluído de forma mais lenta, e no estudo de caso do Posto administrativo de Inchope, observamos este facto.

¹⁷ Meijia, M. "Dinâmicas locais...", pp.7/ 8; Sobre o mesmo assunto vide: Andrade, Ximena, *Famílias em contexto...*, pp. 57-60.

¹⁸ Andrade, Ximena. *Famílias em contexto...*, pp. 57-58.

¹⁹ Carla Braga, "Uma reflexão sobre género e gestão comunitária dos recursos", (Maputo: NET, 1998), p. 2.

²⁰ Ximena, Andrade et al., *A mulher e o meio Ambiente*, (Maputo: UEM/CEA, 1992), p. 12 ; Andrade et al., *Famílias em...*, pp. 57-60.

Em relação à exploração do combustível lenhoso definiu-se como sendo o conjunto de operações que consiste no abate, transporte, serragem, secagem de lenha e fabrico de carvão vegetal, independentemente da sua finalidade²¹. Em Moçambique a exploração do combustível lenhoso (lenha e carvão) garante energia doméstica para cerca de 80% da população rural²². Este combustível é o mais explorado e o que mais concorre para a pressão a floresta²³. Esta pressão atinge níveis elevados nos locais onde ocorre maior concentração populacional, com destaque para os corredores de transporte e centros urbanos, por serem os locais onde se verifica maior concentração da população e necessidade de consumo²⁴, como é o caso da nossa área de estudo.

Os carvoeiros e diferentes intervenientes (compradores-revendedores e Estado) na exploração do combustível lenhoso, devido à pobreza, à falta de informação, o analfabetismo e o conhecimento sobre os elementos básicos da legislação, desenvolvem uma exploração não sustentável²⁵. A exploração do combustível lenhoso deve ser feita tendo em conta a exploração sustentável dos recursos florestais que é o processo racional de uso do recurso de forma não destrutiva que satisfaça as necessidades da geração presente sem comprometer o equilíbrio do meio ambiente e a possibilidade de gerações futuras satisfazerem também as suas necessidades²⁶.

²¹ Artigo 9 do Decreto nº. 12/2002 de 6 de Junho.

²² Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, *Estratégias e plano de acção para a conservação da diversidade biológica*, (Maputo: MICOA, 2003), p. 68.

²³ Veja Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, *Moçambique situação actual do Meio Ambiente*, (Maputo: GTA, 1996), p. 5 ; Anabela Rodrigues, "Parcerias Sustentabilidade e conflitos nos modelos de gestão envolvendo as comunidades, o sector privado e os governos locais", In Estevão Filmão et al., *Comunidades e Maneio Comunitário dos Recursos Naturais; memórias sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais*, (Maputo: IUCN/FAO/DFFB, 2001), p.41.

²⁴ Lopes et al., "Reflexões sobre a dinâmica populacional de Moçambique: a mulher e a criança, desenvolvimento e meio ambiente", *Estudos Moçambicanos*, 11/12, (Maputo: CEA, 1992), p. 67; MICOA, *Moçambique...*, p. 54

²⁵ Isilda Nhantumbo et al., *Direitos das comunidades: realidade ou retórica?* (Maputo: Elografico, 2002), pp. 7, 18.

²⁶ MICOA, *Moçambique...*, p. 93

Uma crítica que se tem colocado à exploração do combustível lenhoso prende-se com pretensas repercussões negativas sobre a floresta e meio-ambiente, que vem aumentando de dia para dia levando a erosão, desmatamento, desflorestamento²⁷ e poluição.

Prosseguindo semelhante ritmo de destruição de árvores sem haver qualquer investimento sério e sistemático no repovoamento, depressa passará o ser humano da condição de “dominador” da natureza para a de vítima do seu próprio comportamento²⁸. Aliás já tem vindo a acontecer um pouco por todo mundo. A continuidade de uso insustentável dos recursos representa uma ameaça para a estabilidade da população rural e para o desenvolvimento.

O desaparecimento de árvores afectaria a mulher de forma mais adversa que o homem, por ser esta a principal utilizadora do combustível lenhoso e de forma diferente que o homem. Segundo a Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI)²⁹ nos países em vias de desenvolvimento o desaparecimento de árvores levará a mulher a percorrer distâncias cada vez mais longas à procura de lenha, verificar-se-iam problemas de subnutrição pelo consumo de alimentos frios e de falta de estrumes de origem vegetal o que resultaria em maus anos agrícolas. Não se tratará apenas de uma crise energética, mas também de questões ligadas à erosão e falta de estrume de origem vegetal. Devido às dificuldades no uso sustentável dos recursos florestais, as novas tendências quanto à abordagem a adoptar para a conservação e gestão dos recursos apontam para o envolvimento das comunidades³⁰, principais guardiãs dos recursos.

²⁷ Entende-se por “Desflorestação” a destruição ou abate indiscriminado de matas e florestas sem a devida reposição. Fonte: Lei n.º10/99 de 7 de Julho: Princípios e normas básicas sobre a protecção, conservação e utilização dos recursos florestais e faunísticos, (Maputo: Imprensa Nacional, 2000).

²⁸ Carlos Serra Júnior et al., *Manual de Florestas e Fauna Bravia*, (Maputo: Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 2004), p.12.

²⁹ ASDI, *A mulher e o desenvolvimento: programa de acção da ASDI*, (Estocolmo: ASDI, 1985), p. 33 ; Veja também Andrade et al., *A mulher e o meio...*, p. 10.

³⁰ A Lei de Floresta e Fauna Bravia define o termo comunidade local como o agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam elas cultivadas ou

Segundo Simbine³¹, nas sociedades o conhecimento indígena na preservação dos recursos florestais está ligado a mitos, proibições ou tabus e ritos que servem para estabelecer regras de conduta social dos membros dessas comunidades. Neste contexto Ndava³² refere que “*caracterizadas pela ausência da escrita, estas comunidades recorrem aos contos, ritos, mitos ou seja a alguns elementos do seu entreposto cultural para a transmissão destes conhecimentos de geração em geração*”. Cabendo aos chefes tradicionais (régulo) fazer valer estes elementos e garantir a transmissão dos mesmos de geração em geração.

Lopes et al.³³ defendem que a responsabilidade da mulher não deve ser vista somente no contexto económico mas também na transmissão dos valores culturais da comunidade. Estes consideram que o baixo nível de escolaridade faz com que a responsabilidade da mulher na educação dos filhos seja importante. E qualquer acção educativa em termos ambientais que porventura se pretenda fazer na comunidade, passa pela família, e em particular pela mulher, como mãe e educadora das gerações futuras.

pousio, florestas, locais de importância cultural, pastagens, fontes de água, áreas de caça e de expansão.
Fonte: artigo 1 da Lei n.º 10/99 de 7 de Julho.

³¹ Arlindo Simbine, “O papel das comunidades locais na gestão das áreas de conservação transfronteiriça – o caso de Chimanamani” in Filmão et al., *Comunidades e manejo...*, p. 210

³² Fernando Ndava, “O papel da autoridade tradicional na gestão comunitária dos recursos naturais” In Seminário ARPAC, Chimoio 24-27 de Novembro de 1997.

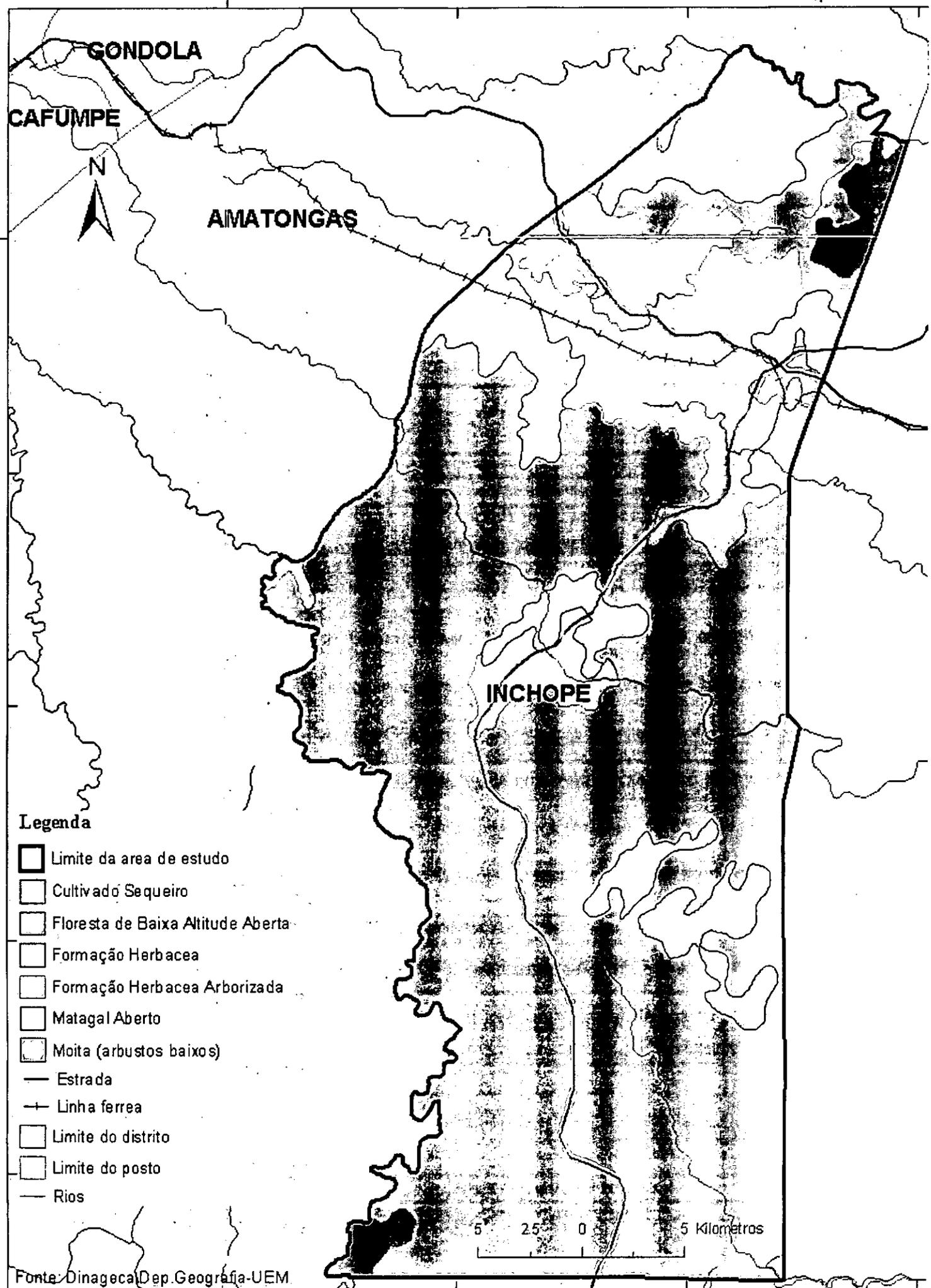
³³ Lopes et al., “Reflexões sobre a dinâmica...” . p. 11.

5. Breve caracterização da área de estudo

O posto administrativo de Inchope pertence ao distrito de Gôndola, província de Manica; cobre uma área de 1098 km², limitando-se ao Norte do Posto Administrativo de Amatongas, a Sul dos Distritos de Búzi e Chibabava, a Oeste do Distrito de Nhamatanda e a Este do Posto Administrativo de Macate (vide mapa 1). A sua localização privilegiada no cruzamento entre a EN1 e a EN6 faz com que o acesso seja muito fácil. As facilidades prolongam-se até ao interior do Posto através de picadas e estradas de terra batida, o que permite uma maior circulação de pessoas e escoamento de bens.

A vegetação de Inchope é caracterizada pela ocorrência dos seguintes tipos: *Floresta de baixa altitude aberta, Formação herbácea, Formação herbácea arborizada, Matagal aberto, Moita - arbustos baixos* (vide mapa 2). Esta floresta nativa fornece madeira, carne de caça, frutos silvestres, folhas e cascas, material de construção e combustível lenhoso às famílias.

MAPA 2: USO DE TERRA



Legenda

- Limite da area de estudo
- Cultivado Sequeiro
- Floresta de Baixa Altitude Aberta
- Formação Herbacea
- Formação Herbacea Arborizada
- Matagal Aberto
- Moita (arbustos baixos)
- Estrada
- Linha ferrea
- Limite do distrito
- Limite do posto
- Rios

5 25 0 5 Kilometros

Fonte: Dinageca/Dep. Geografia-UEM

33°41'39\"/>

Administrativamente, Inchope divide-se em três localidades, nomeadamente, Muda-Serração, Doeroi e a Sede do Posto de Inchope, com um total de 17416 habitantes.

A distribuição populacional pelas localidades é a seguinte:

Tabela nº1. Distribuição populacional por localidades no Posto Administrativo de Inchope

Localidade	Pop. Total	Homens	Mulheres	Pop. com + de 16 anos
Inchope	5231	2572	2659	2905
Muda Serração	2937	1407	1530	1600
Doeroi	9248	4562	4686	4781
Total	17416	8541	8875	9286

Fonte: Adaptado, dados obtidos do Instituto Nacional Estatística (INE), 1997.

Os dados de 1997 não foram discriminados ao nível dos bairros de forma a permitir uma avaliação da distribuição da população ao longo das localidades e ver quais as áreas com maior concentração da mesma. Através do trabalho do campo, constatou-se que dentro do posto se verifica maior concentração da população ao longo da EN1 e EN6, na Sede do Posto e no bairro "A Luta Continua"³⁴ pertencente à localidade de Doeroi. A concentração nestes pontos deve-se às facilidades de comércio e transporte. O aumento crescente da população deve-se ao retorno dos emigrantes (naturais da zona de origem Shona, ci-manyika, ci-teve, ci-ndau), desmobilizados de guerra e emigrantes provenientes doutros pontos do país, principalmente os changana e rongá. Nos mesmos locais, ocorre uma maior pressão sobre a floresta e as árvores tendem a diminuir, devido à necessidade de combustível lenhoso, material de construção, áreas para a prática da agricultura e construção de casas.

³⁴ O grupo de vendedores deste bairro disse que a concentração populacional neste local iniciou no período de conflito armado por ser considerado, relativamente, seguro comparativamente aos outros bairros e existência duma brigada militar estacionada naquele local.

Neste Posto Administrativo encontramos agregados familiares³⁵ do tipo alargado e elementares simples. Onde o número varia de 4 a 10 membros em cada unidade doméstica. As famílias alargadas³⁶ são comuns entre as famílias antigas do posto enquanto que as elementares simples³⁷ maioritariamente constituída por recém chegados.

A actividade produtiva básica é a agricultura, praticada por mais de 90% da população. Cultiva-se milho, mapira, mexoeira, feijão nhemba e jugo, mandioca, gergelim, girassol, algodão, amendoim e hortícolas (couve, tomate, repolho, cebola). Esta produção destina-se essencialmente ao consumo, mas por vezes é comercializada para a compra de outros produtos que a população não pode produzir.

A produção é baixa devido, por um lado, à dependência da precipitação atmosférica e, por outro, à falta de sementes, de instrumentos de trabalho, a pragas e a secas. Cada família ocupa áreas não superiores a dois hectares preferindo áreas ribeirinhas e as terras ao longo das estradas, devido às facilidades de escoamento na altura da colheita. As regiões preferenciais e férteis localizam-se em Muçõha, Mutipathi, Nhamabawa, Djase, nas margens dos rios M'tuchira e Muda³⁸. Para a fertilização dos solos usam despojos florestais³⁹ e para a limpeza das áreas de cultivo e/ou abertura de novas áreas, mais de 70% usam as queimadas⁴⁰.

Na altura da sementeira e colheita o agregado familiar realiza trabalho conjunto. Este trabalho é facilitado nos casos em que os homens constroem o forno junto à

³⁵ Pertencem ao agregado familiar todos os elementos que vivem na mesma casa ou partilham o mesmo talão. Fonte: Andrade, Ximena., *Famílias em contexto...*, p. 32.

³⁶ A família alargada congrega duas ou mais famílias elementares a quem se uniram outros parentes isolados. Fonte: Loforte, Ana. *Género e poder...*, p. 60.

³⁷ As famílias elementares Simples são constituídas pelos cônjuges, seus filhos e nas unidades chefiadas por mulheres apenas a mãe e seus filhos. Por vezes fazem parte destas, outros membros da família de um dos cônjuges. Vide Loforte, Ana. *Género e poder...*, p. 60.

³⁸ Entrevista com Luís Curguene, Inchope, 20.01.04.

³⁹ Aquando da sacha dos campos deixam o capim e os ramos inúteis das árvores apodrecer na terra para servir de estrume.

⁴⁰ Estas têm sido feitas logo após a colheita entre os meses de Julho a Outubro, depois do capim estar seco e quando se pretende limpar os solos para preparar o novo ano agrícola.

machamba. Neste caso os trabalhos na agricultura e produção do carvão podem ser combinados.

Segundo os entrevistados, com o fim do conflito armado verificou-se um aumento na procura de terra para a prática da agricultura. Apesar das famílias locais usarem os mesmos campos todos os anos para o cultivo, o retorno da população que havia migrado e o aparecimento de indivíduos da cidade da Beira a procura de terras para cultivo, fazem com que se abram novas áreas de cultivo de ano para ano.

Assim, na altura de abertura destes campos derrubam-se árvores. Os troncos das árvores derrubadas são posteriormente repartidos pelos indivíduos envolvidos neste processo. Alguns usam a sua parte para fornecer lenha à família e outros preferem transformá-la em carvão para venda. Neste processo verifica-se a participação de todos os membros da família⁴¹.

Para além daquelas actividades a população dedica-se à caça, pesca e pastorícia mas sem conseguir maiores rendimentos. Dentre as quais a caça a ratazanas é aquela que maior dano causa a floresta devido ao uso de fogo como técnica de caça.

Os produtos que se conseguem nestas actividades complementam e enriquecem a dieta do agregado familiar. Servem ainda para a venda no mercado da Sede do Posto. Os maus anos agrícolas, a inexistência de empreendimentos agro-industriais e falta de postos de trabalho, levou após a assinatura do Acordo Geral de Paz, ao aumento do número de indivíduos que se dedicam a produção e venda de carvão vegetal, como fonte privilegiada de rendimento pecuniário.

Capítulo II: Breve historial da exploração do combustível lenhoso em Moçambique

É difícil dissociar o percurso da exploração do combustível lenhoso depois da independência, dos diferentes momentos da história de Moçambique, e das políticas adoptadas. Embora este estudo incida sobre o período de 1992 até 2004, achou-se pertinente focar certos aspectos anteriores a este. Pois, irão ajudar na compreensão e contextualização da temática em estudo.

Com a independência nacional verifica-se o êxodo dos portugueses o que se reflectiu na redução de pessoal qualificado e semi-especializado em todos os sectores de actividade. Estes acontecimentos levaram a uma crise económica no país. A nível do Sector Florestal, verificou-se o encerramento, falência de empresas e rápida deterioração do material utilizado na exploração florestal, o que levou a baixa de produção e redução da força de trabalho⁴².

Estas alterações levaram o Governo a efectuar uma reestruturação económica que se traduziu na nacionalização dos recursos naturais e novas estratégias de desenvolvimento para o Sector Florestal que visavam: (i) a inclusão de planos de reflorestamento para a defesa do equilíbrio ecológico e desenvolvimento de recursos florestais envolvendo a comunidade, (ii) incutir no seio das mesmas a consciência da importância de preservação do ambiente e dos perigos que a prática de queimadas traria ao solo e a degradação da vegetação que levaria a erosão, (iii) aperfeiçoamento da legislação e instituições jurídicas que assegurassem a protecção e uso racional dos

⁴¹ Entrevista com Floriano Marioze Zimba, Inchope, 23.01.04.

⁴² Arlito Cuco, " Recursos florestais e faunísticos em Moçambique", In *Vida Silvestre*, 4, 35, (2001), p.3.

recursos, e (iv) a criação de associações de defesa do meio ambiente e a realização de campanhas que envolvam a educação ambiental⁴³.

De modo a atingir os objectivos delineados no Terceiro Congresso do Partido Frelimo, o Ministério da Agricultura aprovou, em 1978, o documento "*Bases da política de Desenvolvimento Florestal*" que após um diagnóstico sobre a situação florestal e da indústria florestal, definiu o que de uma maneira muito sintética devia constituir a actividade florestal.

Dois anos depois criaram a Madeiras de Moçambique Empresa Estatal (MADEMO E.E.) que incorpora as antigas serrações abandonadas⁴⁴ pelos colonos e iniciou-se o processo de reestruturação do programa de reflorestamento. A viabilidade desta empresa estatal não foi satisfatória⁴⁵. Devido à incapacidade de gestão, à falta de experiência e à deficiente administração foi à falência no final de 1983. Posteriormente criaram-se empresas autónomas de âmbito provincial.

No mesmo ano, 1983, foram tomadas medidas com o objectivo de descentralizar e reorganizar o aparelho do Estado que levaram a criação em Julho do mesmo ano da Unidade de Direcção de Florestas – UDF⁴⁶, com a responsabilidade de dirigir um conjunto de empresas e projectos de investimentos no sector florestal (cerca de 20 empresas e 16 projectos de reflorestamento⁴⁷). No ramo do carvão devia-se assegurar a realização de trabalhos ecológicos e ajustar os níveis de produção à capacidade efectiva de transporte.

⁴³ Frente de Libertação de Moçambique: Directivas económicas e Sociais, Documentos do 3º Congresso, (Maputo: Departamento de trabalho Ideológico), p. 7.

⁴⁴ De 1978 a 1987 foram nacionalizadas as serrações rurais e algumas urbanas Fonte: EUREKA, *Inquérito à Indústria Madeireira. Relatório Final.*, (Maputo: MADER, 2001), p. 2.

⁴⁵ Cuco, Arlito "Recursos Florestais...", p.3.

⁴⁶ Esta nova Direcção tinha como objectivo materializar as orientações que no campo da direcção económica foram traçadas pelo IIIº e IVº Congresso do Partido Frelimo. Fonte: Frente de Libertação de Moçambique: Directivas económicas e Sociais..., p. 7; Frente de Libertação de Moçambique: *Documentos do 4º Congresso...*, p.10.

As novas estratégias de desenvolvimento das zonas rurais implementadas após a independência, que se traduziam na socialização do campo com a criação das aldeias comunais e machambas do povo, levaram ao corte e derrube de árvores para fornecimento de lenha e material de construção para as comunidades⁴⁸. Ora, o reassentamento tinha sido efectuado de acordo com a disponibilidade dos recursos naturais (água, terra, lenha, florestas, etc.). Entretanto, devido à pressão da população sobre os recursos estes começaram a escassear em certas zonas⁴⁹. Por isso a Unidade de Direcção de Florestas, considerou as aldeias comunais e machambas do povo como principais causadoras da destruição de extensas áreas florestais⁵⁰, razão pela qual, considera o período que vai até à segunda metade da década de oitenta como o “período de desmontagem”.início e intensificação do conflito armado, houve maior pressão em relação ao uso do combustível lenhoso nos locais considerados seguros (áreas de refúgio e concentração populacional)⁵¹. O conflito armado levou ainda ao fracasso e à paralisação dos projectos de reflorestamento iniciados com o projecto FO1 em Manica, provocou ainda o abandono das serrações, destruição de equipamento e infra-estruturas rurais⁵²Em 1987 cria-se a DNFFB⁵³ em substituição da UDF. No mesmo ano é introduzido o Programa de Reabilitação Económica (PRE) e posteriormente o Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) em 1990. As políticas de desenvolvimento seguidas pelo país desde os inícios da década de 80 não estavam a surtir os resultados

⁴⁷ Com árvores de crescimento rápido para abastecer a populações de lenha e carvão nas zonas periféricas das cidades.

⁴⁸ Adolfo Casal, *Antropologia e desenvolvimento: as aldeias comunais de Moçambique*, (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1995), p.14.

⁴⁹ Manuel Araújo, “O sistema das aldeias Comunais em Moçambique: Transformação no espaço residencial e produtivo”, Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 1988, p. 229.

⁵⁰ Unidade de Direcção de Floresta (UDF), [s/t], (Maputo: UDF, 1984), p. 9.

⁵¹ Andrade et al., *A Mulher e o Meio...*,p.12 ; Araújo, Manuel. “O sistema das Aldeias...”, p. 294

⁵² UDF, pp.14-15.

⁵³ Desde 1982 que estes sectores estavam separados.

esperados. A guerra e as calamidades naturais aumentaram os níveis de pobreza da população rural.

Estes e outros problemas provocaram o êxodo rural e contribuíram para o crescimento das zonas suburbanas. Esta mobilidade populacional foi acompanhada pelo transporte dos hábitos e costumes do campo fazendo com que o número de consumidores de lenha e carvão aumentasse nas cidades⁵⁴. Não esquecer que os migrantes não tendo dinheiro para pagar electricidade ou gás usam a lenha e o carvão.

Com a assinatura do Acordo Geral de Paz que pôs termo ao conflito armado, instalou-se um clima que conduz a maior circulação nas estradas e para as zonas do interior do país. Este factor levará a maiores facilidades de acesso as zonas de corte de árvores e escoamento de combustível lenhoso. Consequentemente, verifica-se o aumento do número de carvoeiros, vendedores e compradores de carvão. Daí, maior índice de exploração o que provoca uma maior pressão sobre as florestas.

A fraca capacidade de fornecimento de gás natural, o petróleo e a electricidade em quase todo o país, e a dificuldades das famílias em suportar os encargos que o seu uso exige levou-as a utilizar o combustível lenhoso. Este era utilizado para confeccionar os alimentos, aquecer água, aquecer o corpo no período de frio e como luz nas noites⁵⁵. Este combustível foi também usado nos comboios e nalgumas indústrias têxteis (Textáfria de Chimoio entre outras) e de fabrico de pão (padarias).

Em Moçambique explora-se o combustível lenhoso não somente para consumo mas também como fonte de aquisição de receita para o sustento familiar. Este facto acontece devido aos problemas de desemprego que leva as famílias a desenvolverem

⁵⁴ Gertudes Noronha, "A exploração de lenha em Nhacoongo e os seus efeitos no meio ambiente local entre o período de 1974 à 1992"; Tese de Licenciatura em História, Universidade Eduardo Mondlane, 1998. p. 46.

⁵⁵ Noronha, "A exploração da lenha...", p.6.

novos hábitos e estratégias de sobrevivência⁵⁶. Devido aos imperativos económicos se verifica uma exploração não sustentável e quanto menor é o rendimento familiar maior é a necessidade de acesso e exploração dos recursos⁵⁷.

O final da década de noventa foi marcado pelo aumento de pedidos de licença para exploração florestal no geral e do combustível lenhoso em particular. Devido ao aumento e elevado nível de exploração viu-se a necessidade de elaborar novos dispositivos legais (Lei, Decretos e Regulamentos) com vista a enquadrar a legislação florestal aos novos desafios, uma vez que até este período não existia um instrumento legal sobre a exploração dos recursos florestais. Outrora, era regulamentada pelo Diploma Legislativo n.º 2642 de 20 de Setembro de 1965⁵⁸, denominado de Regulamento Florestal de Moçambique, cujas disposições legais se encontravam desajustadas às transformações socio-económicas e políticas vividas no país.

Assim, em 1999 foi promulgada a Lei de Florestas e Fauna Bravia (Lei n.º 10/99 de 7 de Julho), que estabelece os princípios e normas básicas sobre a protecção conservação e utilização sustentável dos recursos florestais e faunísticos no quadro de uma gestão integrada⁵⁹ para o desenvolvimento económico e social do país. Segundo Brouwer⁶⁰ esta lei contém inovações em relação à primeira devido a integração do Maneio Comunitário dos Recursos Florestais e a criação de vários mecanismos para o envolvimento das comunidades na gestão e no aproveitamento dos recursos.

⁵⁶ Andrade et al., *Famílias em contexto...*, p. 20

⁵⁷ José Negrão et al., "A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais", (Maputo: Projecto COMPRES / MICAT, 1996), p. 6

⁵⁸ UDF, p.24; Roland Brouwer e Mário Falcão, "Comunidades e Concessão florestais: Um contributo", In Filmão et al., *Comunidades e Maneio...*, p. 147.

⁵⁹ Entende-se por "gestão integrada" a administração de recursos florestais em conjunto com a respectiva fauna, incluindo o controlo e uso desses recursos em conformidade com a legislação e a sua regulamentação, assegurando a participação efectiva das instituições, comunidades locais, associações e do sector privado. Fonte: Artigo 1 da Lei n.º 10/99 de 7 de Julho.

⁶⁰ Brouwer, Roland e Falcão, Estevão. "Comunidades e con..." p.174.

O Decreto n.º12/2002 de 6 de Junho, que regulamenta a Lei de Florestas e Fauna Bravia, estipula que as comunidades locais podem em qualquer época do ano extrair os recursos florestais necessários ao seu consumo próprio, estando estas isentas de qualquer taxa de exploração. Os produtos extraídos devem somente circular dentro do posto administrativo em que a comunidade está inserida⁶¹.

Neste contexto, os Serviços Provinciais de Floresta e Fauna Bravia (SPFFB) têm efectuado um trabalho de consciencialização das comunidades para a necessidade de preservar os recursos florestais a sua volta.

⁶¹ Artigo 15 do Decreto n.º 12 / 2002 de 6 de Junho

Capítulo III: As relações de género na exploração do combustível lenhoso em Inchope

Este capítulo concentra-se no estudo do acesso e controlo, formas de uso e exploração, divisão do trabalho e destino da produção na exploração do combustível lenhoso. Pretende-se verificar o papel da mulher e do homem neste processo.

1. Acesso e controlo do combustível lenhoso

O acesso aos recursos naturais, ainda que seja para consumo próprio, não deverá prejudicar as normas de protecção e conservação⁶² dos mesmos recursos. As comunidades locais poderão em qualquer época do ano, extrair os recursos florestais necessários ao seu consumo próprio, isentos de pagamento de taxa de exploração florestal e estes mesmos produtos só poderão circular dentro do Posto Administrativo em que a comunidade está inserida⁶³.

Em Inchope, tanto o homem como a mulher têm acesso ao combustível lenhoso. Enquanto os homens acedem à floresta principalmente para obter carvão, as mulheres fazem-no à procura da lenha. É interessante notar que a exploração da lenha destina-se ao consumo doméstico, neste contexto, a mulher detém o controlo sobre este recurso. O carvão devido as suas funções e usos (permite a aquisição de dinheiro para compra de bens que a família não produz, mas importantes para a sua subsistência), é o homem quem detém o seu controlo. O controlo da mulher confina-se à esfera doméstica mais restrita e do homem é mais abrangente, ligado ao mercado de venda.

⁶² Artigo 8 do Decreto n.º 12 / 2002 de 6 de Junho de 1999.

⁶³ Artigo 15 do Decreto n.º 12 / 2002 de 6 de Junho de 1999.

Apesar destas diferenças ambos encaram a floresta como fonte de aquisição de lenha para o consumo da família e do carvão para a venda, revertendo o dinheiro conseguido, a favor do agregado familiar.

As regiões de abate de árvores são abandonadas logo que estas escasseiam e os carvoeiros vão à procura de novas zonas, razão pela qual existem hoje em Inchope carvoeiros no interior que foram *atrás de árvores*. Esta afirmação baseia-se nas palavras de Florindo Mairoze Zimba⁶⁴ que afirmou que "(...) hoje já não se cortam árvores em Mutiphati porque já não existem, (...) vão para Chibuto 1 e 2 mais distante da aldeia, e lá no interior a procura de árvores".

De ano para ano o acesso ao combustível lenhoso pela família vai se tornando difícil, devido essencialmente ao abate de árvores para produção de carvão.

2. A produção do carvão vegetal

Segundo os entrevistados, as espécies mais exploradas para a produção de carvão são: Messassa (tambeira, *brachytegia spiciformis*), Metondo (*cordyla africana*), Metongoro (Uapaca), Mfuti (*brachystegia boehmii*) e Chuanga (*pericopsis angolensis*)⁶⁵. A preferência por elas deve-se ao facto de "possibilitarem maior volume de carvão, queimarem aos poucos e não produzirem muita cinza"⁶⁶.

Para o derrube e corte das árvores usam-se machados e catanas. Os fornos são geralmente construídos em regiões baixas, em relação às áreas de corte, para facilitar o arraste, carregamento dos troncos no ombro ou na cabeça. Somente no transporte dos sacos para as cidades é que se verifica o uso de camiões.

⁶⁴ Entrevista com Floriano Zimba

⁶⁵ Saket Mohammed. *Report on the updating of the exploratory national forest inventory*, (Moçambique: Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia, 1994), pp. 69-70.

⁶⁶ Entrevista com Eugénio Carlos, Inchope, 09.02.04.

A produção de carvão realiza-se principalmente durante o período posterior às colheitas (Junho a Setembro), visto que quando iniciam as actividades agrícolas, os membros da família participam no ciclo agrícola.

As áreas de corte de árvores e produção de carvão mudaram com o tempo. O chefe do grupo de povoações e alguns carvoeiros dizem que:

...Antigamente, o corte de árvores era feito ao longo das EN1, EN6 e ao redor das aldeias. Com o fim da guerra passaram a cortar em Nhamabawa, Mutiphati, Mbendecale, Mecudzi, Metuchira. Mas, hoje cortam as árvores em Muajabingo, Muconha, Chibuto 1 e 2, Manica e Sofala⁶⁷.

Actualmente verifica-se escassez de árvores junto as aldeias, visto que há carvoeiros que abatem as que ainda existem “para a produção de 3 a 5 sacos de carvão”⁶⁸. Há dois tipos de carvoeiros: (i) aqueles cuja actividade constitui um complemento do rendimento familiar (fazem agricultura, vendem no mercado informal e produzem carvão) e os (ii) produtores itinerantes, que apenas vivem da produção de carvão e não praticam a agricultura, “perseguindo apenas as árvores”⁶⁹, sendo o primeiro grupo mais numeroso. Nenhum dos grupos conhece o regulamento florestal nem paga quaisquer taxas ao Estado. Este último encargo foi transferido aos compradores e transportadores dos produtos lenhosos para venda a nível das cidades.

Segundo o grupo de carvoeiros de Muda-Serração⁷⁰, o processo de produção de carvão dura entre 15 a 60 dias, e começa com o abate de árvores terminando com o enchimento e cosedura dos sacos de carvão.

⁶⁷ Dados fornecidos pelos Serviços Provinciais de Floresta e Fauna Bravia – Chimoio.

⁶⁸ Entrevista com Joshua Lucas Zibanco, Inchope, 26.01.04. Este carvoeiro no período de sementeira prefere cortar as árvores ao longo da estrada para não ter que percorrer grandes distâncias para o interior.

Tabela 2. As fases da produção de carvão

Fases de produção	Duração da produção
Abate de árvores	1 a 15 dias
Arraste até ao local do forno	3 dias a 7 dias
Arrumação	2 a 5 dias
Construção do forno	3 dias a 7 dias
Queima	3 dias a 15 dias
Retirada do carvão	3 dias
Enchimento e cosedura dos sacos	1 a 3 dias

Fonte: elaborado com base em dados obtidos em Inchope, 2004.

Tem que haver um controlo sistemático do forno para evitar que todo o carvão fique em cinza, devido à existência de diferentes espécies. Assim verifica-se uma deslocação regular ao local de construção do forno para o controlo do carvão. A retirada do carvão é paulatina e inicia quando “o forno começa a baixar”⁷¹. A duração da produção do carvão é dependente do tamanho dos troncos, do tamanho do forno e material usado no derrube das árvores

Não há trabalho assalariado na produção de carvão, verifica-se a interajuda dos membros da família alargada e vizinhos envolvidos na actividade. Há, entretanto, casos de mulheres provenientes da cidade da Beira, que usam a mão-de-obra local masculina para a produção de carvão. Nestes casos, pelos serviços prestados realiza-se um convívio como contrapartida dos trabalhos prestados.

3. A participação da mulher na produção e comercialização do carvão

Em Inchope, a exploração do carvão vegetal é uma actividade essencialmente masculina, cuja produção se destina à venda.

⁶⁹ Florindo Zimba

⁷⁰ Entrevista com Bizeque António, Inchope, 12.02.04.

⁷¹ Entrevista com Ester Madjuta, Inchope, 27.06.04.

A participação da mulher na exploração do carvão deve ser vista tendo em conta duas situações distintas: (a) quando a produção se realiza junto as machambas ou aldeias, e (b) quando a produção se realiza no interior das florestas.

Quando o local de produção do carvão se situa junto à machamba ou aldeia, verifica-se a participação da mulher em quase todas as fases de produção do carvão. Nestes casos os fornos são pequenos porque são construídos em áreas destinadas a actividade agrícola e também devido a escassez de árvores junto as aldeias. Verifica-se não somente a participação dos conjugues mas de todos os outros membros da família (em particular os filhos).

Quando o local de produção do carvão se situa no interior das florestas, a participação da mulher verifica-se a partir da fase de construção do forno (vide tabela 2). Nestes casos, os fornos são grandes⁷². Devido a distância que separa o local de produção das aldeias, os homens migram para o local de produção e lá permanecem até terminar as primeiras quatro fases do processo produtivo.

Durante o período de ausência do homem, a mulher ganha maior espaço na família e na aldeia, visto que gere a casa, educa os filhos, orienta a divisão de trabalho entre os membros da família, resolve quase todos os problemas que acontecem na ausência do marido. Ela garante ainda o fornecimento de alimento e roupa limpa para o marido, sendo os filhos usados como transportadores de informações e alimento de casa para o local onde o pai se encontra e vice-versa. Como também vão desenvolvendo outras actividades (trabalho agrícola, o ganho-ganho⁷³, venda de produtos agrícolas e bebidas tradicionais) importantes para a manutenção do lar.

⁷² Os fornos grandes são os que medem mais de "3 braços". Cada braço corresponde aproximadamente a 1,5 metros (12 passos de um adulto). Fonte: Eugénio Carlos.

⁷³ Significa trabalhar para alguém a troco de determinado pagamento previamente estipulado. Fonte: Zimba, " Identidade Feminina..." , p. 40. A nível de Inchope esta actividade resume-se em trabalhos nas

Apesar da mulher participar nas várias fases de produção de carvão, dificilmente consegue vender o carvão produzido pela família (controlado pelos homens) e vende em modalidades diferentes das dos homens. Enquanto aquela o faz aos montes custando cada 1000 meticais, os homens fazem-no em sacos, conseguindo maiores rendimentos que aquela⁷⁴ (vide quadro 3).

A venda, dominada pelos homens é feita no interior das localidades e ao longo das estradas nos “mercados de carvão”. Existem três principais mercados; designadamente no bairro 25 de Junho da localidade de Muda Serração, no bairro “A Luta Continua” na localidade de Doeroi e Sede do Posto, todos situados ao longo das estradas. A venda em interior (junto aos fornos) é feita aos “camionistas⁷⁵” ao preço que varia de 12.500 à 20.000 meticais, por cada saco de 50 kg, dependendo da estação do ano. Cabe ao comprador contactar mais de um carvoeiro para conseguir as quantidades pretendidas, uma vez que um único carvoeiro fornece entre 30 e 60 sacos. Neste caso os carvoeiros têm 100% de garantia da saída do seu produto, porque trabalham por encomenda. Nos períodos de escassez de alimentos ou durante a época agrícola, estes fazem pequenos fornos e vendem os seus sacos aos vendedores locais, em quantidades não superiores a 5 sacos.

Para a aquisição do carvão os camionistas devem adquirir licenças junto aos SPFFB. Assim deve-se: (1) Efectuar contactos com a comunidade para obter informações sobre os carvoeiros do Posto e zonas de extracção de carvão; (2) Identificar os carvoeiros que irão fornecer o carvão e comunicar ao chefe do Posto; (3) Este faz uma declaração a comunicar aos Serviços Distritais de Floresta e Fauna Bravia (SDFFB) de

machambas de quem não pode fazer por conta própria. O pagamento pode ser em dinheiro, alimentos ou vestuário.

⁷⁴ Entrevista com o grupo de vendedoras de carvão da Sede do Posto, Inchope, 30.01.04.

⁷⁵ A sua tarefa é garantir o transporte e fornecimento de sacos (50 kg) aos carvoeiros. O acesso as áreas de compra é facilitado pela existência de picadas feitas pela população.

Gôndola, mediante consulta ao chefe da região de compra (4) os SDFFB encaminham o pedido aos SPFFB que concedem a licença e guia de trânsito ao comprador do produto pretendido, mediante o pagamento de uma taxa correspondente a quantidade a explorar e a taxa de reflorestamento. Estes documentos têm a validade de um ano com o limite de 500 m³ ou o equivalente independentemente da espécie pretendida⁷⁶.

Cumpridos todos os procedimentos, o comprador já pode adquirir e transportar o carvão. Assim, enviam os seus trabalhadores denominados "sacadores"⁷⁷ aos locais de produção de carvão para verificar se o produto já está disponível.

A multiplicidade das vias tem concorrido para o fácil acesso às zonas de corte de árvores e escoamento do combustível lenhoso, situação que leva ao aumento de carvoeiros e compradores de carvão, o que se traduz num difícil controlo por parte das autoridades locais e a pressão sobre a floresta.

Na venda junto às estradas, o carvão é adquirido pelos viajantes ao preço de 15.000 a 30.000 meticais. Neste caso não existe nenhuma garantia de conseguirem vender o seu carvão. A venda depende do fluxo de viajantes e do número de vendedores no mercado.

É desejo destes vender o seu produto aos camionistas, mas pelo facto de " produzirem pouca quantidade, os camionistas preferem comprar grandes quantidades no mato e mais barato (...) porque dá maior lucro quando revendido na cidade"⁷⁸. Enquanto outros disseram que "eram simples revendedores do carvão adquirido no interior e não dava para revender aos camionista por causa do preço"⁷⁹.

O número diário de vendedores nos mercados do carvão varia de 8 a 12 sendo difícil estipular o número total dos intervenientes, uma vez que todos os membros da

⁷⁶ Artigo 16 do Decreto n.º 12 /2002 de 6 de Junho.

⁷⁷ Trabalhadores dos camionistas, servem de ligação entre comprador e carvoeiro. Fazem os contactos, reconhecimento das zonas, fornecem sacos aos carvoeiros e ajudam no ensacamento.

⁷⁸ Entrevista com o grupo de carvoeiros e vendedores Muda-Serração, Inchope, 06.02.04

⁷⁹ Entrevista com o grupo de vendedores de Doeroi, Inchope, 14.02.04.

comunidade podem vender, bastando para tal comunicar aos antigos a sua intenção. A idade dos vendedores varia entre 16 e 50 anos, sendo mais frequente a presença masculina. As mulheres e crianças, por vezes vendem junto às casas o carvão produzido pela família, mas na ausência dos maridos.

A maior parte dos vendedores de carvão dos mercados não produzem, são meros revendedores, dizem apenas que [o carvão] “vem do mato, do interior porque já não há árvores junto as aldeias”⁸⁰. Somente os vendedores do bairro 25 de Junho é que produzem e vendem o seu próprio carvão. A existência destes dois grupos deve-se ao facto dos primeiros serem na maioria indivíduos que nunca produziram carvão e acham difícil fazê-lo devido ao trabalho árduo que esta actividade exige enquanto os segundos já vinham fazendo carvão ou aprenderam com os seus pais ou familiares.

O facto da venda de carvão se ter tornado numa actividade, essencialmente masculina pode estar ligada à necessidade que os homens têm de controlar o destino da produção de carvão, uma vez que é a mais importante daquelas actividades que possibilitam rendimento em dinheiro. Existem mecanismos de ordem sociocultural de controlo que impede que as mulheres participem neste processo. Assim, quem detém o controlo sobre a produção do carvão e venda, pode conseguir o domínio e a dependência dos outros membros da família. Neste sentido o acesso e domínio sobre a produção e venda do carvão assegura o controlo duma parte dos dividendos monetários da família.

As mulheres vendedoras de carvão afirmaram que foram sempre os homens que se dedicaram à venda do carvão⁸¹. As mulheres só recentemente (2001) é que se envolveram nesta actividade⁸². Esta mudança está em articulação com as estratégias de sobrevivência da mulher e não em radical confronto com o homem.

⁸⁰ Entrevista com o grupo de vendedores de Doeroi.

⁸¹ Entrevista com grupo de vendedoras de Carvão da Sede do Posto.

⁸² Entrevista com Ester Madjuta.

O número de mulheres que vendem carvão não ultrapassa 10 no posto de Inchope. Fazem-no na Sede do Posto de Inchope. Aqui, não se encontram mais de cinco mulheres diariamente, uma vez que estas alternam a venda com outras actividades. Neste grupo encontram-se mulheres casadas, viúvas, separadas e deficientes. Elas adquirem o carvão junto aos carvoeiros. O preço de compra varia de 15.000 a 20.000 meticais e conseguem obter 35.000 meticais por saco.

Diariamente, as mulheres não conseguem obter mais de 15.000 meticais, pois, os compradores são um pequeno grupo de famílias recém chegadas. Aquelas cujos maridos produzem carvão nunca venderam o carvão produzido pelos seus maridos porque estes preferem vender todo o carvão “aos camionistas⁸³”.

Questionados sobre os rendimentos, os vendedores (homens e mulheres) dificilmente conseguiram dizer exactamente quanto obtinham por mês ou por ano. Apenas referiram que o dinheiro ganho era logo aplicado nas despesas da casa e que preferiam vender o carvão na época chuvosa, uma vez que o preço sofre um agravamento.

Tabela 3: Preço de carvão segundo a época

	Época seca	Época chuvosa
No interior	12.500-15.000 mt	15.000-20.000 mt
Na estrada	15.000-20.000 mt	20.000-30.000 mt
Nas cidades da Beira e Chimoio	40.000-60.000 mt	60.000-100.000 mt

Fonte: elaborado com base em dados obtidos em Inchope, 2004.

Ademais, o rendimento conseguido nesta actividade por si só não serve para suprir todas as despesas da família, razão pela qual tem de recorrer a outras actividades. Assim verifica-se uma pluriactividade dos membros do agregado familiar, onde a mulher faz para além dos trabalhos domésticos, o ganho-ganho, vende produtos agrícolas e

bebidas tradicionais e os homens praticam a venda de carvão, artesanato e carpintaria. O sustento da família é garantido através da junção dos rendimentos das várias actividades do agregado familiar, onde a mulher desempenha um papel crucial.

Devido aos baixos rendimentos adquiridos com a venda de carvão os vendedores das estradas⁸⁴ gostariam de criar uma sociedade que permitisse vender o carvão nas cidades da Beira e de Chimoio, como forma de conseguirem maiores rendimentos uma vez que cada saco de 50 kg custa entre 40 e 100.000 meticais dependendo da época do ano (vide tabela 3).

Sobre a divisão do rendimento não se sabe ao certo como é feita a gestão do dinheiro proveniente da venda do carvão e das outras actividades realizadas pela família em Inchope. Segundo os entrevistados o dinheiro da venda do carvão, é repartido em dois, onde uma parte fica com as mulheres para as despesas da casa e a outra é usada para se dar continuidade ao negócio⁸⁵ e nas despesas pessoais do marido (compra de bebidas, cigarros entre outras). Somente as mulheres viúvas e separadas é que detêm o poder de decisão sobre a forma de aplicação do dinheiro da venda do carvão.

4. Os conflitos decorrentes da exploração e comercialização do carvão

Os conflitos na exploração do carvão raramente acontecem entre os exploradores locais. Esta ausência de conflitos explica-se pelo facto da exploração para a produção do carvão ser feita pela comunidade e a compra estar reservada aos terceiros. Entre os antigos na actividade e regressados dificilmente ocorrem conflitos pelo acesso ao recurso lenhoso, uma vez que estes se apresentam a aqueles antes de começar qualquer actividade e demonstram o seu interesse.

⁸³ Estes têm a função de garantir o transporte do carvão e fornecimento de sacos (50 kg) aos carvoeiros.

⁸⁴ Entrevista com o grupo de vendedores da Sede do Posto.

⁸⁵ Entrevista com Imaculada Valdir, Inchope, 20.02.04 e Ester Madjuta.

Verificam-se conflitos no processo da venda do carvão. Estes costumam ocorrer entre os locais (vendedores de carvão nos mercados ou junto as estradas) e entre estes e o Estado (Funcionários do DDADR). No primeiro caso, os vendedores têm tido conflitos diversos porque,

...cada um desconta como quer dependendo da sua preocupação. Se eu não vendi nada desde manhã e não tenho nada em casa posso vender por 20.000 um saco que combinamos vender por 30.000, o que faz com que o patrão leve o meu carvão e deixe o carvão do outro, por ser o mais barato. Assim verificam-se zangas entre colegas⁸⁶.

Isto porque,

...alguns colegas enchem muito os seus sacos até passar a medida combinada. Como a escolha depende do patrão, este prefere levar um saco com 75 kg do que o meu com 50 kg. É injusto porque tínhamos programado 50kg⁸⁷.

Os problemas acima mencionados dificultam a venda àqueles que cumprem as normas estabelecidas, pois no final do dia não conseguem vender quase nada. Um dos vendedores mais velhos afirmou que " os vendedores casados eram os que mais provocavam problemas, devido à necessidade de conseguir algum dinheiro para despesas familiares"⁸⁸.

Entre os vendedores e os funcionários do DDADR ocorrem conflitos devido a venda de produtos (lenha e carvão) sem licença. O grupo de vendedores entrevistados afirmou que têm sido vítimas dos funcionários do DDADR, que lhes confiscam o carvão⁸⁹.

⁸⁶ Entrevista com o grupo de vendedores de Doeroi.

⁸⁷ Entrevista com o grupo de carvoeiros e vendedores de carvão de Muda Serração.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem.

A lei prevê a confiscação dos produtos explorados e vendidos pela comunidade sem o pagamento de taxas ou aquisição de licenças. A comunidade somente deve explorar produtos para o seu consumo próprio sem pagar quaisquer taxas⁹⁰.

A DDADER apelou aos vendedores para se organizarem, adquirir uma licença conjunta ou ainda arranjar alguém que lhes compre o carvão (como os seus colegas do interior), para as taxas de exploração recaírem sobre o transportador⁹¹. A falta de diálogo, organização, dinheiro e conhecimento dos preceitos legais sobre a exploração florestal tem feito com que não haja entendimento entre as partes. Os vendedores acham-se justificados porque segundo os mesmos, os produtos recolhidos são posteriormente vendidos e o dinheiro reverte a favor dos funcionários e não para a instituição de tutela⁹². Os vendedores afirmam estar à espera do funcionário da Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DPADER), José Mário Almeida desde finais do ano passado, que prometeu ajudá-los a formar uma associação. Enquanto esperam pela vinda do Sr. Almeida, continuam a vender ao longo da estrada sem licença porque segundo eles a vida deles ali é cortar árvores e vender carvão para sustentar as famílias⁹³. A licença apresenta a vantagem de permitir o transporte de carvão e a comercialização na cidade pelos carvoeiros ou vendedores locais. E se já estivesse montado o Conselho Local de Gestão dos Recursos Naturais (CLGRN), uma parte das taxas cobradas (20%) iriam reverter a favor da comunidade.

O grande problema para a comunidade reside na falta de capital inicial para o pagamento das licenças e aluguer de carros. Obstáculo esse que poderá ser minimizado através do recurso ao crédito.

⁹⁰ Sobre as penalizações veja artigo 40 á 45 da Lei n.º 10/99 de 7 de Julho.

⁹¹ Entrevista com José Mário Almeida, Inchope, 14.01.04 e José Mandevo, Inchope, 30.02.04.

⁹² Entrevista com o grupo de carvoeiros e vendedores de carvão de Muda-Serração.

5. Participação da mulher na exploração da lenha

À semelhança do que acontece em Nhacoongo⁹⁴, a exploração da lenha em Inchope destina-se essencialmente ao consumo local e é praticada principalmente por mulheres e crianças. É usada pela maioria da população local como fonte de energia para a confecção de alimentos, aquecimento e iluminação. Este uso quase exclusivo da lenha deve-se à fraca capacidade de adquirir outras fontes de energia. Por exemplo, o fornecimento de energia eléctrica às localidades é pouco acessível, apesar da existência de uma subestação eléctrica⁹⁵.

Para a obtenção da lenha recolhem-se ramos secos e cortam-se árvores. Por vezes, aquando da abertura de novos campos agrícolas as famílias aproveitam os troncos e ramos das árvores derrubadas para lenha. Nestes casos verifica-se o trabalho conjunto dos membros do agregado familiar. O derrube de árvores para a produção de carvão tem feito com que de ano para ano a mulher tenha que percorrer uma maior distância à procura deste combustível indispensável para a família.

A preferência por lenha pelas famílias deve-se a vários factores nomeadamente: (i) antiguidade do uso de lenha em relação ao carvão; (ii) incapacidade financeira de comprar fogões ou outra fonte de fornecimento de energia; (iii) o carvão é considerado produto para negócio, e (iv) maior durabilidade da lenha acesa em relação ao carvão.

A exploração da lenha destina-se, conforme nos referimos, essencialmente ao consumo local. Somente foi encontrada a venda no mercado do Doeroi, ao preço variável de 10000,00 15000,00 meticais, por cada monte contendo 8 a 10 achas (troncos). Quando se questionou aos vendedores sobre as razões de existência de pouca lenha nos mercados, responderam que “a lenha não dava dinheiro por isso poucos se dedicavam a

⁹³ Idem

⁹⁴ Vide Noronha, Gertudes. “A exploração da lenha...”, p. 47.

venda deste produto"⁹⁶. A única pessoa que vendia lenha era um jovem de 16 anos. Segundo o mesmo ele, "não vendia carvão como os seus colegas, devido ao esforço e tempo que esta actividade exige"⁹⁷.

⁹⁵ Esta só fornece energia a alguns estabelecimentos comerciais da sede do Posto enquanto as localidades ficam sem corrente eléctrica.

⁹⁶ Entrevista com o grupo de vendedores de Doeroi.

Capítulo IV. Gestão dos recursos florestais

Com este capítulo pretende-se identificar o papel das autoridades tradicionais, as normas e regras locais de conservação do recurso florestal.

1. As implicações da exploração do combustível lenhoso

A floresta desempenha um papel de relevo nas áreas histórico-cultural, sócio-económica e ambiental.

Na questão ambiental, as florestas impedem o desprendimento da superfície, uma vez que, constituem barreira natural à intensificação da erosão, visto que seguram os solos⁹⁸. No caso específico de Inchope, tendo como forma de relevo predominante o planalto com declives acentuados, o abate de árvores poderá levar ao deslizamento e transporte de terra (rica em húmus) em direcção aos cursos de água provocando o empobrecimento dos solos. Ademais sendo usados os produtos florestais para a fertilização dos solos, o desaparecimento destes trará consequências negativas para a actividade agrícola. As famílias terão de percorrer maiores distâncias à procura da lenha e carvão, em prejuízo de outras actividades produtivas, em particular para a mulher. Apesar de ser possível ainda encontrar algumas árvores à volta das aldeias, estas vêm diminuindo, razão pela qual o local de extracção de combustível lenhoso vem alterando de tempos em tempos.

O abate de árvores tem contribuído para o desaparecimento de extensas áreas florestais, da cobertura vegetal em regeneração e favorecendo o desenvolvimento das gramíneas.

⁹⁷ Integrante do grupo de vendedores de Doeroi, 14.02.04

⁹⁸ Vide artigo 1 da Lei n.º 10/99 de 7 de Julho.

Estes problemas vem atingindo níveis elevados devido as dificuldades de reflorestamento⁹⁹, o aumento de carvoeiros e de compradores de carvão. O elevado nível de exploração de carvão justifica-se pelo aumento da procura motivada pelo crescimento populacional nas cidades de Beira e Chimoio, que são abastecidas constante e regularmente de combustível lenhoso proveniente na maior parte das vezes de Inchope. Esta situação ocorre pelo facto das antigas áreas fornecedoras de combustível lenhoso destas cidades estarem a atravessar momentos críticos pela escassez de árvores.

Para Luís Curguene é difícil falar-se do fim da produção de carvão porque é o único meio de sustento das famílias devido a falta de emprego. Vários apelos foram feitos "mas sem retorno (...) é uma das únicas actividades praticadas para se conseguir dinheiro e vem de muito tempo"¹⁰⁰. A produção de carvão está enraizada na comunidade, assim torna-se difícil eliminá-la porque os recursos florestais têm valor económico para as famílias.

2. Conservação dos recursos florestais

Actualmente a preocupação pela conservação e correcta utilização dos recursos naturais é cada vez mais acentuada. Por isso viu-se a necessidade de envolver as comunidades, uma vez que estas são as principais guardiãs dos recursos, e possuem regras locais de gestão.

Apesar da existência de diplomas legais que regulam as formas de exploração sustentável dos recursos, depara-se, como afirmou Simbine, com formas consuetudinárias dentro das comunidades, como mitos (crenças) e ritos que podem ser

⁹⁹ Não se verifica o repovoamento. As campanhas de reflorestamento a nível local fracassaram devido a falta de chuvas e não adesão da comunidade.

¹⁰⁰ Entrevista com Luís Curguene.

considerados normas e regras¹⁰¹ de preservação dos recursos. O chefe do grupo de povoação conta à propósito que

... existem locais sagrados e de culto, como é o caso de montanhas, cemitérios, grutas onde não se deve cortar árvores e deve haver um respeito por estes locais porque os nossos antepassados e defensores da aldeia vivem aí¹⁰².

De acordo com o artigo 7 do decreto n.º 12/2002, as florestas situadas nos cemitérios rurais, locais de culto, florestas constituídas de vegetação utilizada pela comunidade local para extracção de medicamentos tradicionais, florestas onde habitam espécies de fauna bravia utilizados em cultos são consideradas zonas de uso e valor histórico-cultural¹⁰³. E os recursos existentes nestes locais só devem ser usados tendo em conta as normas e praticas costumeiras das respectivas comunidades¹⁰⁴.

A este propósito o chefe de grupo de povoações acrescentou ainda que,

.... nenhuma outra actividade deve ser efectuada sem se informar aos chefes tradicionais (régulo, fumos, chefe de povoações) da região. (...) e no caso de abate de árvores ou prática de qualquer actividade sem a devida autorização deve -se fazer uma cerimónia a pedir desculpas aos espíritos¹⁰⁵.

Quem desobedece às regras deve pagar uma multa no valor de 250 mil meticais e custear as despesas necessárias para a cerimónia (bebidas -vinho e refresco, duas capulanas, uma galinha). O não seguimento deste ritual leva a ataques de maus espíritos, fome, seca e miséria as famílias¹⁰⁶. Quando isso acontece as famílias recorrem aos seus conceitos de cosmos e meio-ambiente. Acreditam que os antepassados encontram-se descontentes e impedem a queda de chuvas. Neste contexto realizam-se rituais em certas

¹⁰¹ As normas e regras constituem um conjunto de princípios de uma cultura que regulam o comportamento das pessoas dentro da comunidade, mantendo a ordem social, evitando confusão, prevenindo e resolvendo os conflitos. *Fonte:* Nhancale, 1996: 33.

¹⁰² Entrevista com João Mataye, Inchope, 14.02.04.

¹⁰³ Vide artigo 10 e 13 da Lei nº 10/99 de 7 de Julho.

¹⁰⁴ Vide artigo 15 do Decreto 12/2002 de 6 de Junho.

¹⁰⁵ Entrevista com João Mataye.

¹⁰⁶ Idem.

montanhas e florestas consideradas sagradas pedindo protecção ou ajuda. A comunidade recorre as autoridades tradicionais para que estas orientem as cerimónias.

Para além daqueles elementos existem outros ligados a crenças e tabus direccionados ao uso de certas espécies nativas. João Mataye referiu a propósito, que existem espécies sagradas, como é o caso de *Umino*, "que não deve ser cortada para o uso e construção de casas. Se se usar esta espécie para construção ninguém consegue habitar nas mesmas, os antepassados irão amaldiçoar esta família" ¹⁰⁷.

Estes mitos, tabus e regras em relação aos recursos florestais ajudam na conservação de certas áreas florestais e de algumas espécies nativas. A validade destes mitos não pode ser vista universalmente, mas sim no espaço e contexto local. Assim, cabe aos chefes tradicionais e membros activos da comunidade a transmissão destas regras de geração em geração e fazer valer os princípios estipulados.

Os entrevistados demonstraram ter conhecimentos destes preceitos e sabem que nas montanhas e cemitérios não se deve cortar árvores porque são locais de cerimónia ou ritual para eliminar desgraças que afectam a comunidade. Estas proibições de corte e abate de árvores podem ser encarados como mecanismos de estancar o abuso e exploração irracional dos recursos naturais, embora a prática demonstre o contrário. No entanto estas normas não constituem uma prevenção absoluta contra o corte de espécies florestais.

Segundo o representante da Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DDADER), "apesar destes preceitos da cultura local e proibições feitas pelos agentes dos serviços de florestas, a população abate todas as espécies em qualquer local" ¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Entrevista com João Mataye.

¹⁰⁸ Entrevista com Luís Curguene.

Há grupo de pessoas e indivíduos que desrespeitam estas regras. É difícil preservar as florestas na condição de pobreza em que a comunidade se encontra, uma vez que o imperativo económico tem maior peso no comportamento ambiental e na necessidade de acesso aos recursos.

Conclusão

Com este trabalho pretendia-se analisar a articulação entre a participação da mulher na exploração do combustível lenhoso e as relações de género em Inchope. Procurou-se apresentar as partes componentes da relação de género e exploração do combustível lenhoso consideradas fundamentais. Por assim ser, e consciente de não terem sido tratados alguns pontos, também considerados pertinentes eis que se apresentam algumas conclusões de realce:

Aparentemente existe uma divisão de trabalho na exploração do combustível lenhoso, onde os homens estão directamente envolvidos na produção do carvão para a venda e as mulheres no fornecimento da lenha para o consumo doméstico. Esta divisão de tarefas não impede a ambos de se ajudarem sempre que preciso.

A participação da mulher na produção de carvão é mais visível quando esta ocorre junto à machamba ou aldeia, pois que ela participa em todas as fases de produção. Nos casos em que a produção se realiza no interior das florestas a participação da mulher somente verifica-se a partir da fase da construção dos fornos. Isto deve-se ao facto do local de produção encontrar-se distante da aldeia, o que dificulta a permanência da mulher no local de produção, uma vez que elas devem desenvolver tarefas domésticas e actividades afins que também garantam o sustento da família.

Neste contexto a participação da mulher na exploração do combustível lenhoso, deve ser vista tendo em conta o local de produção de carvão e no âmbito da divisão de trabalho a nível do agregado familiar, uma vez que, o desempenho das actividades no lar e fora deste pela mulher, garantem o sucesso da produção de carvão realizada pelo homem. Desta maneira, concluímos que as actividades desenvolvidas pelo homem e pela mulher são complementares e devem ser valorizadas como importantes para

manutenção, desenvolvimento da produção e sustento familiar. Assim verifica-se uma cooperação, reciprocidade e complementaridade nas tarefas do agregado familiar.

Quando a produção ocorre no interior das florestas os homens migram permanecendo ausentes da aldeia por período indeterminado que varia de 15 a 60 dias, durante este período de ausência, o papel e as tarefas desenvolvidas pela mulher para o sustento da família tornam-se mais visíveis.

Apesar da mulher participar nas várias fases de produção do carvão, é excluída do processo de venda do carvão realizada pela família. A exclusão da mulher pode ser entendida como a necessidade de controlo do processo de venda pelo homem, por ser a actividade que possibilita melhor rendimento monetário.

As mudanças e transformações socio-económicas do país levaram ao envolvimento crescente da mulher na venda de carvão desde os finais de 2001. Apesar desta venda efectuar-se em moldes diferentes da realizada pelos homens, a mulher passa a ter acesso a uma actividade anteriormente praticada pelos homens. Esta situação comporta novos elementos na relação de género, onde a mulher não só produz bens mas também intervêm na definição de preços.

Constatou-se ainda que na exploração do combustível lenhoso há interajuda entre membros da família e vizinhos envolvidos na produção de carvão. O trabalho assalariado é inexistente.

O rendimento que se consegue na venda de carvão não é suficiente para satisfazer as necessidades da família, razão pela qual esta tem de recorrer a outras actividades como a agro-pecuária, ganho-ganho e venda de produtos agrícolas, realizadas principalmente pela mulher. A junção dos rendimentos (em dinheiro e em espécie) conseguido nestas actividades permite a subsistência da família.

Afigura-se inevitável concluir que a localização geográfica, o fim do conflito armado, a falta de postos de trabalho, os maus anos agrícolas devido à falta de chuvas, o retorno dos migrantes e desmobilizados, a falta de chuvas como os principais factores que levam ao aumento na exploração do combustível lenhoso, principalmente do carvão.

Distinguimos ainda a exploração de carvão como a principal causadora do desmatamento, do desflorestamento e da perda de valor da "Floresta Nativa". Esta degradação ambiental trás prejuízos para o desenvolvimento das actividades da família, com particular agravamento para a mulher que terá que percorrer maiores distância a procura da lenha com prejuízos para as outras actividades domésticas.

Apesar de ainda não estar instalado o Conselho Local de Gestão dos Recursos, a comunidade possui regras e normas de preservação que se materializam através da delimitação de espaços sagrados e de culto. Assim, cabe aos chefes tradicionais e membros activos da comunidade em geral a transmissão destas regras de geração em geração e fazer valer os princípios estipulados. No entanto estas normas não constituem uma prevenção absoluta contra o corte de espécies florestais.

Por último, não é demais notar que a produção e venda de carvão constitui uma das mais importantes estratégias de sobrevivência em Inchope. Acima de tudo, neste processo a mulher vai desempenhando paulatinamente papéis de importância crescente.

Fontes consultadas

Fontes escritas

Relatórios, teses e artigos não publicados.

1. Araújo, Manuel. "O sistema das aldeias comunais em Moçambique: transformação no espaço residencial e produtivo". Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa. 1998.
2. Braga, Carla. *Uma reflexão sobre género e gestão comunitária dos recursos*. Maputo: NET. 1998.
3. EUREKA . *Inquérito à indústria Madeireira. Relatório final*. MADER: Maputo. 2001.
4. Meijia, M. "Dinâmicas locais nas associações de camponeses do distrito de Manhiça (Província de Maputo) relatório de investigação". Maputo: UEM/CEA/ Programa mulher. 2000.
5. Ndava, Fernando. "O papel da autoridade tradicional na gestão comunitária dos recursos naturais" In: Seminário ARPAC, Chimoio 24-27 de Novembro de 1997.
6. Negrão, José et al. *A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais*. Maputo: Projecto COMRESS/ MICAT. 1996.
7. Noronha, Gertudes. "A exploração de lenha em Nhacoongo e os seus efeitos no meio Ambiente local entre o período de 1974 à 1992". Tese de Licenciatura em Historia. Universidade Eduardo Mondlane de Maputo. 1998.
8. UNIDADE DE DIRECÇÃO DE FLORESTAS. [s/t]. Maputo: UDF. 1984.

Artigos publicados

9. Bock, Gisela. "Women's History and Gender History: Aspects of an International Debate." In: *Gender e History* Vol.I, no.1, 1989. p. 7-21
10. Brouwer, Roland. e Falcão, Mário. " Comunidades e concessões florestais: um contributo". In: Filmão, E e Massango, M. *Comunidades e Maneio Comunitário dos recursos naturais. Memórias sobre o maneio Comunitário dos recursos naturais*. Maputo: FAO/ IUCN/ DFFB. 2001. p. 174-185.
11. Chodorow, Nancy J. "Gender as a Personal and Cultural Construction." *Signs: Journal of Women in Culture and Society* Vol.20, no.3 (1995): 516-541.

12. Cuco, Arlito. "Recursos Florestais e Faunísticos em Moçambique" In: *vida silvestre*, 4, 35. MADRE/DNFFB: Maputo. Publicação bimensal. 2001.
13. Lopes L. e Gaspar M.. "Reflexões sobre a dinâmica populacional de Moçambique: a mulher e a criança, desenvolvimento e meio ambiente" . In: *Estudos Moçambicanos 11/12*. Maputo. UEM/CEA. 1992. p. 67 -76.
14. Rodrigues, Anabela. " Parcerias: Sustentabilidade e conflitos nos moldes de gestão envolvendo as comunidades, o sector privado e os governos locais" " In: Filmão, Estevão e Massango, Mário. *Comunidades e Maneio Comunitário dos recursos naturais. Memórias sobre o maneio Comunitário dos recursos naturais*. Maputo: FAO/ IUCN/ DFFB. 2001. p. 37-63.
15. Scoot, Jenson. " Género: Uma categoria útil para análise histórica". (Traduzido por C. R. Dabat e M. A. Avila. Do original: Scoot J. *Gender: an useful category of historical analyses*. New York: Columbia University Press. 1989.
16. Scott, Joan W. "'Experience'." In *Feminists Theorize the Political*, edited by Joan W. Scott and Judith Butler. New York: Routledge, 1992. p.23-39
17. Simbine, Arlindo. "O papel das comunidades locais na gestão das áreas de conservação transfronteiriça - o caso de Chimanimani" In: Filmão, Estevão e Massango, Mário. *Comunidades e Maneio Comunitário dos recursos naturais. Memórias sobre o maneio Comunitário dos recursos naturais*. Maputo: FAO/ IUCN/ DFFB. 2001. p. 208-215.
18. Young, Kate. *Gender and development: relational approach*. Institute of development studies (IDS) Sussex University. Great Britain (Tradução para a língua portuguesa realizado pelo CEA). 1998.
19. Zimba, Benigna " Identidade feminina e construção da paz em Moçambique, 1992-2002". In: Brazão Mazula (coord.) *Moçambique: 10 anos de paz*. Maputo: CEDE. 2002.

Livros

20. Abrahamsson, H.; Nilsson, A.. *Moçambique em transição: um estudo da historia de desenvolvimento durante o período 1975 - 1992*. CEGDRF: Maputo. 1994.
21. ACNUR/PNUD. *Perfil de desenvolvimento distrital de Gôndola, província de Manica*. Maputo. 1996.

22. Amaral, Wanda. *Guia para apresentação de teses, dissertações, trabalho e graduação*. Maputo: Imprensa da UEM. 1995.
23. Andrade, Ximena et al. *A mulher e o meio ambiente*. Maputo: UEM / CEA. 1991.
24. Andrade, Ximena et al. *Famílias em contexto de mudanças em Moçambique*. Departamento de Estudos de Mulher e Género. WILSA / CEA: UEM. 1998.
25. ASDI. *A mulher e o desenvolvimento: programa de acção da ASDI*. Estocolmo: ASDI. 64p. 1985.
26. Casal, Adolfo. *Antropologia e desenvolvimento: as aldeias comunais de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica tropical. 1995.
27. Eco, Umberto, *Como se faz uma tese em Ciências humanas*. Lisboa: Editorial Presença. 2002.
28. Egero, Bertil. *Moçambique: Os primeiros anos 10 anos de construção da democracia*. Maputo: AHM. Estudos 8. 1992.
29. FRELIMO.. *Directivas económicas e sociais. Documentos de 3º Congresso da Frelimo*. Publicado pelo Departamento de Trabalho Ideológico da Frelimo. (s/d).
30. FRELIMO.. *Directivas económicas e sociais. Documentos do 4º Congresso da Frelimo*. Publicado pelo Departamento de Trabalho Ideológico da Frelimo. (s/d).
31. Gil, António. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3 Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 1991.
32. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *II recenseamento geral da População, resultados definitivos – cidade de Manica*. 1997.
33. Loforte, Ana. *Género e poder entre os tsonga de Moçambique*. Promédia: Maputo. 2000
34. MICOA. *Estratégia e plano de acção para a conservação da diversidade biológica*. Maputo: MICOA. 2003.
35. MICOA. *Moçambique, situação actual do meio Ambiente (GTA)*. 1996
36. Mohammed, Saket. *Report on the updating of the exploratory national forest inventory*. Moçambique: DNFFB. 1994.
37. Nhantumbo, Isilda; Macqueen, Duncan. *Direitos das comunidades: realidade ou retórica?* Maputo: Elografico. 2002.
38. Quivy, Richardson.; Campenhoudt, L.V. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva. 1992.

39. Richardson R. et al. *Pesquisa social métodos e técnicas*. 3º edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Atlas. 1999.
40. Serra, Carlos Jr. et al. *Manual de floresta e Fauna Bravia*. Maputo: Centro de formação Jurídica e Judiciária. 2004.
41. Tsamba e Soto. *Planeamento Integral de energia domestica: Biomassa Lenhosa*. 1997.
42. Zimba, Benigna. *Mulheres invisíveis: o género e as políticas comerciais no sul de Moçambique, 1720-1830*. Maputo: Promédia. 2003.

Legislação

43. ASSEMBLEIA DA REPUBLICA. 2000. *Lei n.º 10/99 de 7 de Julho: princípios e normas básicas sobre a protecção, conservação e utilização dos recursos florestais e faunísticos*. Maputo: Imprensa Nacional. 2000.
44. CONSELHO DE MINISTROS. 2002. *Decreto n.º 12/2002 de 6 de Junho: regulamento da lei n.º 10/99, de 7 de Junho, Lei de Florestas e Fauna Bravia*. Maputo: Imprensa Nacional. 2002.

Fontes Oraís

1. Bizeque António, carvoeiro do interior, Doeroi, 12.02.04
2. Celeste Machava, produtora de carvão e camponesa, Sede do Posto. 26.01.04
3. Dinis Nhavongo, técnico médio florestal e fiscal da brigada fixa de Inchope, 16.01.04
4. Ester Madjuta, camponesa e revendedora de carvão na sede do posto. 27.01.04
5. Eugênio Carlos, carvoeiro do interior. Doeroi. 09.02.04
6. Florindo Zimba, camponês e monitor da companhia de algodão, junto da sede do posto, 23.01.04
7. Grupo de vendedoras de carvão da Sede do Posto (4 pessoas). Localidade de Inchope. 30.01.04.
8. Grupo de vendedores de Doeroi . (4 pessoas), localidade de Doeroi no bairro A luta continua. 14.02.04.

9. Grupo de carvoeiros e vendedores de Muda Serração (7 pessoas), localidade de Muda Serração no bairro 24 de Junho . 06.02.04
10. Grupo de vendedores de carvão da sede do posto (6 pessoas).3.02.04
11. Imaculada Valdir, camponesa e vendedora de carvão. 20.02.04
12. João Mataye, chefe do grupo de povoações e substituto do regulo em Inchope, Muda Serração, 14.02.04
13. José Mandevo, fiscal dos SPFFB- Chimoio, 30.02.04
14. José Mário Almeida, assistente técnico agro-pecuário e responsável pela introdução de Maneio Comunitário em Inchope, 14.01.04, SPFFB-Chimoio
15. Joshua Lucas Zimbanco, produtor do interior. 26.01.04
16. Luís Curguene, técnico agro- pecuário e representante do DDADR em Inchope, 20.01.04.
17. Maria Chacuamba. Vendedora de carvão , Sede do Posto, 16.01.04.
18. Meque Mafolga, chefe do posto administrativo de Inchope, Sede do Posto 19.01.03

Anexo: Guião de entrevistas

Dados pessoais

Nome do entrevistado _____

Bairro/ Aldeia _____ Data _____ Horas _____

Profissão _____

Lugar de origem _____

Local da Entrevista _____

Estado Civil _____

Agregado familiar _____

Actividades económicas

Quais as actividades praticadas? Quem, quando, onde as pratica?

Que produtos são conseguidos ?

Como é a divisão do trabalho? O que os Homens fazem? E as mulheres?

Qual é a principal actividade? Dentre elas quais são as actividades de rendimento?

Que dificuldades são encontradas na prática destas actividades?

Qual é a finalidade da produção?

Quais as praticas locais ligadas a actividade agricola? Como fertilizam os solos?

Praticam queimadas? Porquê?

Estão informados das implicações desta pratica?

Dentre as actividades mencionadas qual é a que tem relação com a floresta?

Fonte de energia

Qual é a fonte de combustível que utiliza? Porque?

Onde obtém esta fonte? Quem o consegue na família?

Exploração florestal

Quais os recursos naturais existentes? Praticam a exploração florestal?

Quais os produtos florestais extraídos localmente? Em que zonas são explorados?

Quem autoriza a exploração deste recurso?

O que é necessário para a prática da exploração florestal? Onde se adquire as licenças?

Quem explora os recursos florestais? Qual é a finalidade da exploração?

Como é a divisão de trabalho nesta actividade? O que as homens e as mulheres exploram?

Que instrumentos são usados?

Quais as formas de utilização dos recursos florestais?

Qual é o principal produto extraído? Quem os explora e para que fim?

Que dificuldades tem encontrado na exploração florestal? Como são solucionados?

Sobre exploração do combustível Lenhoso (carvão e lenha)

Quais as espécies mais exploradas para o fabrico de carvão?

Como é feita a selecção das espécies para a produção de carvão?

Como é a divisão de trabalho? O que as mulheres fazem e os homens?

Quais as principais zonas de extracção de lenha e carvão?

Como é o acesso as zonas de corte e aos fornos? Como transportam os produtos florestais?

Produção e venda

Em que época do ano se verifica maior exploração florestal / produção de carvão?
Porquê?

Qual é o combustível mais vendido porque?

Em que época se verifica maior venda? Porquê?

O preço de carvão varia? Quando e qual é o preço de cada saco? Quem os vende?

Os outros produtos florestais (lenha, frutos silvestres, plantas medicinais, bambum) vende-se? Onde? Quanto custa? Quem os vende? Quais as quantidades vendidas?

Os outros produtos florestais quem os explora? Qual a finalidade de exploração?

Qual é o período de defeso? Este período é tido em conta? Aos infractores que medidas lhes são impostas?

Gestão sustentável dos recursos

Há regras ou normas locais de conservação e preservação dos recursos florestal? Quais são?

Há florestas sagradas na região? Onde se localizam?

É possível efectuar-se a exploração sustentável dos recursos florestais?

Quais os principais factores que afectam a participação comunitária na gestão sustentável dos recursos?

Existe algum projecto de reflorestamento implantados em Inchope? Que papel desempenha a comunidade nestes projectos? Que benefícios conseguem?

Quais as alternativas traçadas para solucionar os problemas de degradação/desflorestação dos recursos florestais?

Que relação se estabelece entre a distribuição dos recursos naturais e a dinâmica espacial da população no posto?

Que relação podemos estabelecer entre intensidade da exploração e as facilidades de escoamento?

Fiscalização

Como se processa a fiscalização a nível do posto? Quais são os pontos de fiscalização existentes?

Que papel a comunidade desempenha neste processo? Tem existido uma colaboração da população na denúncia dos infractores?

A população tem algum conhecimento da lei de FFB? O que tem sido feito para a sua divulgação?

Que dificuldades os serviços de fiscalização tem encontrado?

Evolução da actividade Florestal a nível do Posto

Como podemos avaliar a actividade florestal em Moçambique nos seguintes momentos:

- A) Depois da Independência 1975-1983/4
- B) Guerra civil 1983/4 -1992
- C) Paz 1992-2003

Organização política administrativa

Como esta organizado a estrutura administrativa em Inchope?

A organização hoje existente é a mesma do período colonial? O que mudou?

Quantos habitantes existem em Inchope?

Como se caracteriza a situação actual da população em relação aos outros anos? Verifica-se um aumento ou não? Quais as causas desta alteração?

Durante o período da guerra a população migrou? Para onde e Porquê?

Terminada a guerra, como se processou a reintegração da população local?

Surgiram conflitos relacionados com posse de recursos naturais?

Quais as infra estruturas sócio económicas existentes no distrito? Quantos funcionarios emprega?